
Sumário

1. Introdução
2. Região Metropolitana de São Paulo
3. Os grupos de diálogo na Região Metropolitana de São Paulo
 - 3.1. Perfil dos(as) jovens participantes
4. Sínteses temáticas: trabalho, educação e cultura
 - 4.1. Trabalho
 - 4.2. Educação
 - 4.3. Cultura
5. Caminhos participativos: as escolhas dos(as) jovens
6. Resultados das fichas pré e pós-Diálogo
7. Participação: tendências, interdições e potencialidades
 - 7.1. Caminho 1- A política e suas incongruências com o tempo de ser jovem
 - 7.2. Caminho 2- Os múltiplos sentidos do trabalho voluntário
 - 7.3. Caminho 3- A importância de “fazer em grupo”
8. Observações finais
9. Bibliografia

1. Introdução

A pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia- Participação, Esferas e Políticas Públicas* tem como objetivo investigar as tendências atuais de participação pública e política da juventude no atual contexto brasileiro, e é coordenada em nível nacional pelo Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e pelo Instituto Polis. A pesquisa teve duas etapas: uma quantitativa, realizada em oito Regiões Metropolitanas do Brasil, e uma etapa qualitativa, que consistiu na realização de cinco Grupos de Diálogos em cada daquelas Regiões.

Na Região Metropolitana de São Paulo, a realização dos Grupos de Diálogo foi coordenada pela Ação Educativa, uma organização não-governamental que trabalha com a temática da juventude e da educação.

A metodologia do *ChoiceWork Dialogue*, utilizada pela etapa qualitativa da pesquisa, deriva dos estudos de Daniel Yankelovich, e seu principal objetivo é superar os limites das pesquisas de opinião no campo das políticas públicas, considerando que elas apenas constatarem os posicionamentos dos(as) cidadãos(ãs), sem criar oportunidades para que exercitem um exercício coletivo de julgamento público. É isso que os Grupos de Diálogo objetivam: oferecer situações em que os(as) cidadãos(ãs), em conjunto, possam explicitar seus posicionamentos e valores, confrontado-os com os posicionamentos e valores alheios, e a partir daí desencadear um processo de aprendizagem capaz de orientar, em bases mais amplas, a formulação de opiniões relativas ao Estado e às questões públicas.

Em termos gerais, a metodologia, tal como foi utilizada no Brasil, envolveu a organização de encontros com 40 jovens, que permaneciam reunidos ao longo de oito horas, em atividades dirigidas, que alternavam momentos de trabalho em pequenos grupos com momentos de reunião em plenária. O tema central das conversas é a participação política. Assim, eles(as) receberam e fizeram a leitura do Caderno de Trabalho, instrumento-chave da metodologia, que trazia informações a respeito de três Caminhos Participativos: 1) Participação institucional em partidos políticos, grêmios estudantis, movimentos sociais, entre outros; 2) Voluntariado 3) Grupos juvenis. Esses Caminhos foram apresentados de forma contrastiva, embora não excludente, ressaltando as grandes tendências de participação juvenil encontradas na realidade social brasileira.

A partir do Caderno de Trabalho, os(as) jovens estabeleceram diálogos em grupos, trocando idéias e experiências que deveriam culminar na construção de uma escolha grupal, baseada na construção de um consenso. Esse consenso, por sua vez, era submetido a apreciação da plenária maior, que também buscava identificar pontos comuns na apresentação dos vários Grupos. Dessa forma, cada Grupo de Diálogo resultou num quadro com os pontos consensuados pelos(as) jovens, que chamamos de quadro-síntese dos Caminhos Participativos.

Além desse processo de construção grupal de consensos, a pesquisa também abordou os posicionamentos individuais dos(as) jovens a respeito de cada um dos Caminhos Participativos. Isso foi feito a partir das fichas Pré-Diálogo e Pós-Diálogo, a primeira preenchida pelos(as) jovens no início do Dia, antes da realização dos Diálogos, e a segunda preenchida no final do Dia. O objetivo é apreender se houve mudanças de posicionamento dos(as) jovens depois da participação no Diálogo, e as direções e os sentidos dessas mudanças.

Este relatório apresenta os resultados da fase qualitativa/Grupos de Diálogo, e também traz alguns dados quantitativos coletados na primeira etapa. O foco da análise reside na metodologia qualitativa e nos resultados que ela gerou na Região Metropolitana de São Paulo, por isso vamos inicialmente apresentar alguns dados a respeito dessa região.

2. Região Metropolitana de São Paulo

A Região Metropolitana de São Paulo é formada por 39 municípios: Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapeví, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

Residem na Região Metropolitana de São Paulo quase 19 milhões de pessoas, das quais mais de 10,5 milhões no município de São Paulo (Seade, 2004). Cerca de 32% da população é negra, e somente a cidade de São Paulo reúne três milhões de negros(as), razão pela qual ela é considerada, em números absolutos, a maior cidade negra do Brasil¹.

Dados da Fundação Seade mostram que o perfil da população na RMSP segue três tendências: redução dos níveis de fecundidade, concentração do número de jovens, e elevação da participação dos(as) idosos(as). Sendo assim, os(as) jovens entre 15 e 24 anos somam 3.408.064 jovens, cerca de 18% da população, sendo 50,6% de moças e 49,4% de rapazes.

A região, cuja extensão é de 8.051 km², possui muitos contrastes sociais, pois reúne, ao mesmo tempo, algumas das cidades consideradas mais ricas do país, como São Caetano do Sul e São Paulo, com rendas per capita de R\$ 834,00 e R\$ 610,04, respectivamente, e cidades extremamente pobres como Francisco Morato e Itaquaquecetuba, com per capita de R\$ 175,94 e R\$ 193,01, as piores da região.

As desigualdades econômicas manifestam-se também em relação à cor dos indivíduos, já que a renda per capita dos(as) brancos(as) na RMSP é em média 126% superior à dos(as) negros(as) (R\$299,58 contra R\$132,23).

Apesar de ocupar posição de destaque na economia brasileira, reunindo a maior parte do parque industrial e das instituições financeiras do país, a RMSP convive com índices de pobreza alarmantes. Vivem abaixo da linha da pobreza (recebendo menos de R\$176,29 por mês) 52,9% dos(as) negros(as) e 30,9% dos(as) brancos(as) da Região.

Em relação aos padrões habitacionais, a Região Metropolitana teve um acentuado crescimento vertical, com aumento no número de apartamentos e unidades habitacionais populares, ampliação de moradias consideradas precárias como favelas e barracos (cerca de cinco milhões de pessoas moram nessas condições), e elevação da população que reside em áreas ocupadas.

¹ Fonte: Observatório Afrobrasileiro, a partir dos microdados da amostra de 10% do Censo 2000/IBGE. Negros(as) = pretos(as) + pardos(as).

A região possui uma taxa de urbanização da ordem de 95%, o que mostra a predominância dos padrões de vida urbanos, muito bem ilustrados pela quantidade de veículos automotores existentes, que somam 6,5 milhões, dos quais 5,5 milhões pertencem à cidade de São Paulo, o que gera uma média de um veículo para cada dois(as) habitantes. Mesmo com dificuldades de infra-estrutura em muitos bairros e cidades, a cobertura da iluminação pública chega a 92,9% dos domicílios, e o abastecimento de água perfaz 96,6%. No entanto, a rede de esgoto chega a 81% e apenas 37,5% do material coletado recebe tratamento.

3. Os Grupos de Diálogo na Região Metropolitana de São Paulo

Os Grupos de Diálogo de São Paulo foram realizados entre 19 de março e 30 de abril de 2005. Os Grupos foram organizados a partir de critérios etários, sexuais e de classe social. Assim, houve dois Grupos com jovens entre 15 e 24 anos, um Grupo com jovens de 15 a 17 anos, um Grupo com jovens entre 18 e 24 anos, e finalmente, um Grupo com jovens entre 15 e 24 anos exclusivamente formado por aqueles(as) que indicaram, na pesquisa quantitativa, algum tipo de experiência participativa. A ordem para realização dos Grupos de Diálogo (doravante denominados GDs) foi a seguinte:

Tabela 1. Distribuição das datas e perfis dos GDs

Grupo de Diálogo	Faixa etária/Perfil	Realização
GD1	15-24 anos	19-mar-05
GD2	15-24 anos	2-abr-05
GD3	15-17 anos	9-abr-05
GD4	18-24 anos	16-abr-05
GD5	15-24 anos c/ experiência participativa	30-abr-05

O Grupo com experiência prévia de participação foi realizado no final, pois avaliamos que, primeiramente, seria importante a equipe acumular experiência de trabalho com a metodologia a partir de Grupos que correspondessem ao padrão geral da amostra, para depois se dedicar ao Grupo com experiência participativa.

3.1. Perfil dos(as) jovens participantes

O contato com os(as) jovens foi realizado através de uma listagem com os dados daqueles(as) que haviam participado da etapa quantitativa. A listagem tinha muitas fragilidades, como endereços e telefones incompletos ou inexistentes, o que tornou o processo de localização e de comunicação com os(as) jovens especialmente difícil. Os contatos foram feitos através de telefone e de carta, e o número de jovens convidados(as) para cada Dia de Diálogo foi muito superior ao número esperado, que era de 40 jovens. Mesmo assim, nos dias da pesquisa, recebemos cerca de 20 jovens, totalizando 105 jovens ao longo dos cinco Dias de Diálogo.

Tabela 2. Distribuição dos(as) jovens contactados(as), confirmados(as) e participantes dos GDs

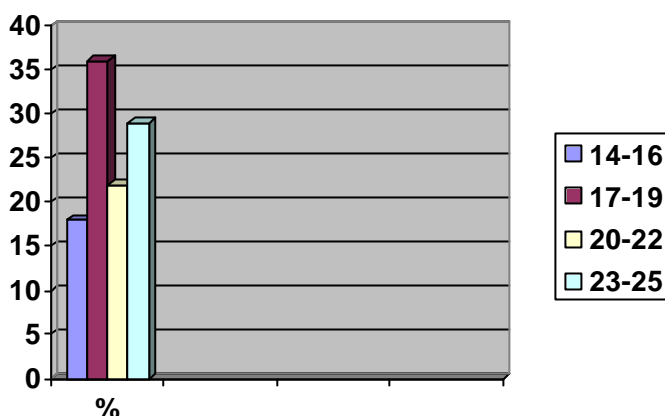
Jovens	GD1	GD2	GD3	GD4	GD5	Total
Contatados por carta ou telefone	100	120	100	100	143	563
Confirmaram presença	48	58	21	24	101	252
Realmente compareceram	21	22	14	17	31	105

A adesão foi maior entre os(as) jovens de faixas etárias superiores. A participação dos(as) jovens mais novos(as) ficou prejudicada principalmente pela falta de autorização dos seus pais. Muitos(as) desses(as) adolescentes nunca tinham saído desacompanhados(as) de seu município ou bairro de origem.

Tabela 3. Distribuição dos(as) jovens por idade

Idade dos(as) jovens	GD1	GD2	GD3	GD4	GD5	Total	%
14		1				1	0,9
15	3	2	1		1	7	6,7
16	3	2	5			10	9,5
17	2	4	8	2	1	17	16,2
18	1	2		2	7	12	11,4
19	2			1	4	7	6,7
20	2	1		2	2	7	6,7
21		2		3	4	9	8,6
22	1	1		4		6	5,7
23	3	3			4	10	9,5
24	4	4		2	4	14	13,3
25				1	4	5	4,8
Total	21	22	14	17	31	105	100,0

Gráfico 1. Distribuição dos(as) jovens por grupo de idade (em %)



Considerando a grande extensão da Região Metropolitana de São Paulo, o deslocamento para o centro da cidade de São Paulo envolvia muitas dificuldades e obstáculos, um deles é o valor do transporte público. Os(as) jovens receberam um pró-labore de R\$50,00 pela participação na pesquisa, mas o recurso só foi disponibilizado após a chegada deles(as) no local da pesquisa.

No que tange à distribuição sexual, a participação de moças e rapazes foi bastante equilibrada, o que surpreendeu a equipe, que esperava uma maior presença de rapazes supondo que eles possuem maiores facilidades de circulação na cidade, em razão de sua condição de gênero. Mas a dimensão sexista de nossa cultura ficou evidenciada na forma como as moças tomavam as decisões em participar ou não da pesquisa, em que era muito freqüente pedirem autorização e serem acompanhadas por maridos e namorados.

Tabela 4. Distribuição dos(as) jovens, por sexo

Sexo	GD1	GD2	GD3	GD4	GD5	Total	%
Masculino	11	11	7	6	16	51	48,6
Feminino	10	11	7	11	15	54	51,4
Total	21	22	14	17	31	105	100,0

A composição dos Grupos de Diálogo obedeceu também à classificação socioeconômica: classe A/B e classe C/D/E. Obedecendo à própria divisão amostral que inclui maior número de jovens das classes C/D/E, estes(as) jovens foram os(as) mais presentes nos Dias de Diálogo (73,3%).

Pelas observações feitas pela equipe, notou-se uma baixa presença de jovens integrantes da elite econômica e apenas um dos participantes poderia ser rigorosamente classificado como tal.

Tabela 5. Distribuição dos(as) jovens, por classe

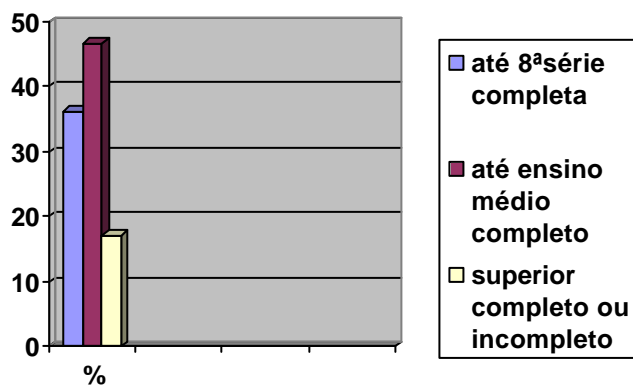
Classe	GD1	GD2	GD3	GD4	GD5	Total	%
A/B	6	10	3	4	5	28	26,7
C/D/E	15	12	11	13	26	77	73,3
Total	21	22	14	17	31	105	100,0

Os dados mostram que 63,8% dos(as) jovens efetivamente possuem o Ensino Médio completo. Esse dado contrasta com os 39% de jovens com Ensino Médio completo ou mais, identificado pela pesquisa quantitativa realizada com 1.400 jovens da Região Metropolitana de São Paulo. No entanto, cerca de 34% dos(as) jovens possuem até o Ensino Fundamental completo e não sabemos quantos(as) deles(as) continuam seu percurso no Ensino Médio e quantos(as) interromperam os estudos. Se o acesso ao Ensino Médio parece ter avanços, o mesmo não ocorre com o Ensino Superior, já que apenas 17% dos(as) jovens atingiram esse nível de ensino.

Tabela 6. Distribuição dos(as) jovens, por escolaridade

Escolaridade máxima concluída	GD1	GD2	GD3	GD4	GD5	Total	%
Não frequentou escola							0
Até 4ª série completa		2				2	1,9
Até 8ª série completa	10	7	11	2	6	36	34,3
Até Ensino Médio completo	8	8	3	11	19	49	46,7
Ensino Superior (completo ou incompleto)	3	5		4	6	18	17,1
Total	21	22	14	17	31	105	100,00

Gráfico 2. Distribuição dos(as) jovens por escolaridade (em %)



O trabalho é uma dimensão fortemente presente na vida dos(as) jovens investigados(as), já que mais de 55% deles(as) afirmaram estar trabalhando, e ao longo dos encontros, muitos(as) se queixaram do desemprego e da difícil busca por um lugar no mercado de trabalho.

Tabela 7. Distribuição dos(as) jovens, por situação ocupacional

Trabalha?	GD1	GD2	GD3	GD4	GD5	Total	%
Sim	7	11	5	6	18	47	44,8
Não	14	11	9	11	13	58	55,2
Total	21	22	14	17	31	105	100,00

A maioria dos(as) jovens que compareceu aos encontros residia na cidade de São Paulo (61,9%). O restante veio dos outros 17 municípios da Região Metropolitana, cuja distância do centro de São Paulo é bastante considerável. Mesmo no interior da cidade de São Paulo há locais extremamente afastados do centro, como pontos do extremo leste e extremo sul da cidade, alguns deles mais distantes do que as cidades vizinhas.

Tabela 8. Distribuição dos(as) jovens, por município

No.	Município	GD1	GD2	GD3	GD4	GD5	Total	%
1	Barueri	1					1	0,9
2	Carapicuíba		1				1	0,9
3	Diadema			2	1	3	6	5,7
4	Embu	1				1	2	1,9
5	Embu-guaçu				2		2	1,9
6	Ferraz de Vasconcelos	2					2	1,9
7	Franco da Rocha	1		1			2	1,9
8	Guarulhos	2					2	1,9
9	Itapevi	1					1	0,9
10	Itaquaquecetuba			3	1	1	5	4,8
11	Jandira		1		1		2	1,9
12	Mauá		1			1	2	1,9
13	Moji das Cruzes	1	1				2	1,9
14	Osasco		2				2	1,9
15	Ribeirão Pires	1					1	0,9
16	Santo André					1	1	0,9
17	São Paulo	10	16	8	11	20	65	61,9
18	Taboão da Serra	1			1	4	6	5,7
Total		21	22	14	17	31	105	100,00

Em todas as plenárias, havia uma preponderância de jovens negros(as) e pardos(as) – o que possivelmente explica a forte presença do tema do preconceito racial no debate com os(as) jovens, o que veremos adiante.

Houve uma presença bastante diversa dos(as) jovens ao longo dos Dias de Diálogo: jovens trabalhadores(as) e não trabalhadores(as), casados(as), solteiros(as), com filhos(as), moças grávidas, residentes das mais variadas localidades, negros(as), brancos(as) e asiáticos(as). Contamos ainda com a presença de dois(as) jovens moradores(as) de um orfanato público da cidade de Diadema, e um rapaz com deficiência mental leve.

Quanto às experiências e trajetórias de participação, foi possível constatar que a própria visão do que é participar era muito variada entre os(as) jovens. Embora muitos(as) não tivessem declarado alguma experiência prévia de participação ou organização coletiva (lembramos que dos cinco Grupos de Diálogo, apenas um era formado por jovens com experiências prévias de participação), ao longo do encontro fomos identificando a presença, embora fluída e às vezes pontual, dessas experiências. Isso ocorreu com jovens que participavam de grupos religiosos, de grêmios estudantis e até mesmo de partidos políticos.

Eu trabalhei no grêmio da minha escola, então, a gente fez amigos na escola, mas só que a gente também ajudava as pessoas carentes, a gente fazia artesanato com elas e tinha os presidiários do semi-aberto, que a gente ensinava eles a fazer artesanato, pra eles mesmos vender e ter o dinheiro pra família. (moça, GD2)

Tem Conselho Tutelar em volta do bairro, então sempre convidam as pessoas, quem tem criança na escola, para poder dar sua opinião para a melhoria do bairro, melhoria da escola, e eu sempre estou participando. (moça, GD4)

Eu fui presidente do grêmio da escola durante cinco anos e, juntamente com a escola, a gente participou, no município de Santo André, da conscientização da prevenção da gravidez, de DSTs, da dengue na campanha. A gente ia nas casa, entregávamos panfletos, verificávamos se estava tudo em ordem na época da dengue, os vasos, essas coisas. Foi muito legal. (moça, GD4)

Bom... eu participo de um partido, né, um partido político e já venho há alguns anos. Eu vou falar o nome do partido, mas não é querendo defender. É o Partido Verde, porque eu acho que é um partido bacana, que abrange os jovens, dá um grande espaço pros jovens, esse partido.... (rapaz, GD2)

No GD5, que reuniu exclusivamente jovens com experiências anteriores de participação, notamos que muitos(as) nunca haviam discutido o tema, talvez porque suas trajetórias de organização coletiva eram muito variadas, desde a presença em sindicatos até a participação em times de futebol.

Ainda sobre o GD5, é importante considerar que houve uma participação significativa de jovens moradores da região que compõe o ABCD, Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema, região que teve um papel importante no processo de democratização do país, sendo palco das grandes mobilizações promovidas pelo movimento sindical na década de 70.

Havia quatro jovens do município de Diadema e um jovem de Santo André e, no debate, foram feitas muitas referências sobre a organização política e movimentos sociais que são fortes na região.

4. Sínteses temáticas: trabalho, educação e cultura

Na primeira parte do Dia de Diálogo os(as) jovens foram divididos(as) em grupos e se debruçaram sobre a seguinte questão: “Considerando a vida que você leva como jovem brasileiro(a), quais as propostas que você faria no campo da educação, da cultura e do lazer?”

Esse momento foi de suma importância, pois nele os(as) jovens puderam mobilizar seus conhecimentos e experiências de vida, ao dialogarem sobre assuntos muito ligados ao seu cotidiano. Por isso, os trabalhos nos pequenos Grupos e na plenária, no período da manhã, foram muito dinâmicos, contando com um grande envolvimento dos(as) jovens presentes.

Nos pequenos Grupos, os(as) jovens deveriam estabelecer um diálogo em que cada um(a) pudesse expressar suas opiniões sem ser desrespeitado(a), e a partir dos vários posicionamentos apresentados, deveriam construir alguns consensos. Na seqüência, os Grupos apresentavam seus consensos para a plenária, que por sua vez estabelecia um diálogo em torno dos pontos semelhantes e diferentes das apresentações dos vários Grupos, gerando uma síntese única.

Dessa forma foi construído um quadro-síntese de cada Dia de Diálogo, no que tange à discussão do tema da educação, do trabalho e da cultura.

Tabela 9. Quadro global das sínteses temáticas

Grupo de Diálogo	Temática	Redação do Grupo
GD1 Jovens 15 a 24 anos	Educação	<ul style="list-style-type: none">- A aprovação automática é ruim- A culpa da má educação é dos(as) alunos e do governo- Falta qualidade de ensino e interesse do governo pela educação- Há drogas nas escolas
	Trabalho	<ul style="list-style-type: none">- Cursos profissionalizantes para jovens- Falta emprego, falta de oportunidade para os(as) jovens sem experiência ou carteira assinada (se não tiver registro, não tem trabalho)- O emprego temporário não resolve o problema da falta de trabalho
	Cultura e lazer	<ul style="list-style-type: none">- CEU* não é suficiente para cultura e lazer- Áreas de lazer (usar terrenos baldios)
	Violência	<ul style="list-style-type: none">- Há violência nos bairros onde os(as) jovens moram

GD2 Jovens 15 a 24 anos	Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação e motivação dos(as) professores(as), para despertar o interesse do(a) aluno(a), para saber lidar com diferentes tipos de aluno(a) - Facilidade de acesso a universidade pública
	Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade em conseguir emprego, por falta de experiência em carteira - Discriminação: as diferenças entre brancos(as) e negros(as) na hora de conseguir emprego
	Cultura e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> - Criar grupos de teatro, de música - Ampliar o acesso a esportes, principalmente nas escolas - Aumentar o nível de segurança nas áreas de lazer

GD3 Jovens 15 a 18 anos	Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Mais respeito entre alunos(as) e professores(as) na escola - Melhorar acesso dos(as) deficientes na escola - Ter capacitação dos(as) professores(as)
	Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Mais oportunidade de trabalho para os(as) jovens - Falta capacitação para o(a) jovem
	Cultura e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de espaços de cultura e falta de divulgação - Mostra mais a cultura brasileira - Ter mais associações de cultura nos bairros

GD4 Jovens 18 a 24 anos	Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Precisa melhorar a educação para os(as) jovens; ela está muito ruim - O ensino está fraco e ultrapassado; você só reprova se faltar - O governo quer mais é que a gente fique sem educação, pois assim a gente não vai ter consciência dos nossos direitos
	Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Há muito preconceito racial, de roupa, de nordestino(a), na hora de conseguir emprego - Muitas pessoas não têm motivação mínima pra procurar emprego (dinheiro para a condução, roupa). Isso deveria ser oferecido por parte do governo e empresas - Deve haver mais divulgação do trabalho por parte das empresas - Os(as) jovens têm que correr atrás e não ficar só esperando - Os(as) jovens não podem ficar só esperando, têm que correr atrás das oportunidades, procurar estar mais motivados(as)
	Cultura e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação das atividades de cultura e lazer nas comunidades e periferias

GD5 Jovens com experiência prévia de participação	Educação	<ul style="list-style-type: none"> - A base de tudo é a educação - Há um grupo que defende que a escola seja mais informal; os(as) professores(as) deveriam ser educadores(as) que ensinam mas também que aprendem com os(as) alunos(as)
	Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Todo mundo pede muita experiência no trabalho, e pouca idade (não pegam pessoas mais velhas, acima de 40 anos)
	Cultura e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> - Todo mundo tem cultura. Na rua existe cultura, a escola precisa se abrir também para a rua, para a vida lá fora - Nem todo teatro é interessante, muita coisa pode ser arte, depende da nossa compreensão

*CEU: Centro Educacional Unificado. Projeto da prefeitura de São Paulo na gestão Marta Suplicy (2000-2003).

4.1. Trabalho

O tema do trabalho aparece sobretudo associado à questão do desemprego. A centralidade dessa preocupação já havia sido manifestada no início do Dia de Diálogo, quando os(as) jovens foram indagados(as) sobre qual era o problema que mais lhes preocupava no Brasil (ver anexo 1).

O desemprego assume um caráter dramático para os(as) jovens, pois interrompe um percurso de conquista progressiva da autonomia e da transição para a vida adulta que, como sabemos, tem como um dos pilares a emancipação econômica. Quando os(as) jovens se deparam com a realidade excludente do mercado de trabalho, dão início a um processo doloroso de desmascaramento de algumas promessas de inclusão. Percebem que a conquista de uma escolaridade longa, uma avanço em relação à geração de seus pais, não surte os efeitos esperados [vale lembrar que 63,8% dos(as) jovens em questão possuem Ensino Médio completo ou mais, mostrando um nível de escolaridade bem mais alto que a média dos(as) jovens da Região Metropolitana de SP, dentre os(as) quais apenas 39,1% alcançaram aquele grau de ensino].

O fator levantado pelos(as) jovens como aquele que mais dificulta seu acesso ao mercado de trabalho é a exigência de experiência profissional anterior e carteira assinada. Isso aparece como um contra-senso aos olhos dos(as) jovens, como demonstram algumas de suas inúmeras falas:

A falta de carteira assinada tá matando a gente (...) Foi o que aconteceu comigo esses dias, eu cheguei numa lanchonete e ‘tava lá: ‘precisa-se de balconista’, aquela placa ‘tava ali. Ai, eu fui, metia a cara: ‘olha, tenho experiência, tá aqui o meu currículo’, e ele falou assim: ‘mas aqui não tá como balconista’. Eu falei assim: ‘em outros currículos tem’.” (plenária, moça, GD1)

Bom, a respeito do trabalho, nós jovens precisamos de mais oportunidades, porque não tem assim, tipo, hoje em dia precisa muito da carteira assinada, entendeu?, e muitos jovens não conseguem ter a carteira assinada. E eles também exigem muitos cursos profissionalizantes, e muito jovem não consegue fazer cursos, não tem tempo, entendeu, e falta isso, falta um incentivo a respeito do trabalho. (plenária, masculino, GD3)

E a gente começou a partir do trabalho, então, assim, foi uma discussão enorme só sobre trabalho, se deixasse a gente ia ficar só no trabalho. Então, assim, o que seria pra melhorar o trabalho? Primeiro, mais oportunidades com menos exigências. E por que mais oportunidades? Porque muitas pessoas aqui, eu já sou um pouquinho mais velha, mas pessoas, assim, de dezessete, dezoito anos chegam, vão procurar uma oportunidade e eles querem dois, dois anos e meio, três, um ano e meio de experiência, sendo que a pessoa mal pôde terminar o segundo grau, mal pôde ter oportunidade de estar sendo inserida no mercado de trabalho e eles já querem exigências, que a pessoa saiba trabalhar, que saiba fazer tudo, então fica complicado, isso também pra ela. (plenária, feminino, GD5)

Diante de exigências impossíveis de cumprir, os(as) jovens acabam exercendo trabalhos precários, informais e temporários. Na pesquisa quantitativa, observamos que apenas 32,6% dos(as) jovens trabalhadores(as) possuem carteira assinada, e dentre estes(as), destacam-se os(as) jovens pertencentes às classes mais altas, jovens com mais idade e maior escolaridade. Ou seja, se a precarização do trabalho atinge os(as) jovens como um todo, ela é particularmente aguda entre os (as) mais pobres e mais novos(as).

Outro fato destacado pelos(as) jovens é a escassez de oportunidades de capacitação, que ficam aquém daquilo que é exigido pelo mercado de trabalho.

Na discussão dos Grupos aparecia a contraposição entre o desemprego associado à crise do país e à escassez de oportunidades, e o desemprego como resultado da formação precária dos(as) jovens e de sua falta de iniciativa. De um lado, o desemprego aparece como reflexo da situação social, e de outro, como expressão de insuficiências dos próprios indivíduos jovens. A idéia de responsabilização dos indivíduos pelo desemprego foi, em certa medida, manifestada em todos os GDs da pesquisa. Ou seja, a percepção de que também cabe ao(à) jovem “correr atrás” das oportunidades de trabalho foi comum aos Grupos e no interior dos subgrupos. No entanto, no GD4, formado por jovens de 18-24 anos, e no GD-5, que reuniu jovens com prévia experiência de participação, ocorreram discussões acaloradas sobre esse tema.

No caso do GD4, essa discussão teve início por conta de um apontamento feito em plenária de que faltava também da parte do(a) jovem motivação para buscar trabalho, um certo acomodamento por parte dos indivíduos que não se mexiam para resolver o seu problema, a

falta de emprego. Uma jovem presente na plenária argumentou que se deveria compreender por motivação não apenas um interesse comportamental, pró-ativo, de buscar trabalho, mas também questões materiais que vão desde ter ou não ter roupas para participar de uma entrevista, até dinheiro para o transporte.

É porque assim numa parte ali tá dizendo é que os jovens têm que correr atrás, não ficar só esperando. Aí, o que eu falei é que o que entra, têm pessoas que não têm como ir correr atrás, tem pessoas que não têm o dinheiro da condução, não têm uma roupa legal para procurar entrevista, isso entra, às vezes não é só a pessoa. Tem pessoas que ficam em casa esperando que caia do céu, mas tem muitas pessoas que não têm esse tipo de motivação. (plenária, feminino, GD4)

Fica claro que a busca por trabalho exige recursos mínimos para o transporte e para alimentação, um recurso que as pessoas desempregadas não têm e nem sempre podem contar com uma família que lhes dê suporte nesse sentido. Fazendo uma conta rápida, numa situação hipotética, um(a) jovem que procure emprego ao longo de um mês, três vezes por semana, utilizando apenas uma condução para ir e outra para voltar (R\$ 4,00) gastando R\$ 3,00 de alimentação por dia, terá que desembolsar R\$ 84,00. Considerando que 52,9% dos(as) negros(as) e 30,9% dos(as) brancos(as) da Região Metropolitana de SP vivem abaixo da linha da pobreza (recebendo menos de R\$176,29 por mês), fica evidente que as condições para a busca do emprego muitas vezes não estão dadas para os(as) jovens.

No GD5, o início da discussão foi bastante semelhante: será que o desemprego juvenil também não é fruto de uma acomodação dos(as) jovens em procurar trabalho?

Durante a apresentação dos subgrupos, apresentaram um consenso sobre as dificuldades de se obter uma vaga no mercado de trabalho – dificuldades atreladas à falta de experiência, carteira assinada e experiência profissional. Tal opinião foi contestada por uma das jovens e tal discussão acabou ganhando proporções de conflito de classe e raça, uma vez que a jovem que acreditava ser o desemprego problema da falta de interesse apresentar-se como uma jovem branca, de classe média, disposta a ir para o Japão trabalhar, e seus opositores serem jovens negros(as), de estratos mais pobres com sérios problemas para obter trabalho e mesmo com famílias inteiras desempregadas. Reproduzimos abaixo toda a discussão feita pelos(as) jovens.

Moça 1 – É o seguinte, ela 'tava debatendo sobre o grupo, nem lembro que grupo que era, sobre o emprego. Vai da vontade, vai de babá, vai de doméstica... Ah! Depende do sonho... eu quero ir pro Japão, que nem ela falou, eu tenho parente que mora nos Estados Unidos, mas eu não tenho, hoje, como ir pra lá, não tenho. Eu tenho que trabalhar aqui, tenho que ralar aqui, só que o emprego aqui tá difícil, eu sei que lá é fácil, se fosse por mim eu já 'tava lá, já tem quase cinco anos que

eles estão lá, só que eu não posso ir pra lá, eu não tenho condições, não tem onde arrumar, hoje em dia não tem.

Moça 2 – Se você guarda dinheiro pra viajar você morre de fome, quando você consegue o dinheiro pra passagem você já morreu de fome, não adianta mais o dinheiro... quando você tem filhos, então, piorou a situação, depois que você tem filhos, tem família, esquece! Acabou! Esquece! Ou você trabalha pra sustentar o seu filho ou vai morrer você e ele de fome.

Moça 1 – Você trabalha?

Moça 2 – Não.

Moça 1 – Você procura emprego?

Moça 2 – Procuro.

Moça 1 – Você compra jornal toda semana?

Moça 2 – Não, porque eu não tenho dinheiro... porque, assim, eu não tenho emprego, mas eu procuro. Eu venho pra São Paulo, eu moro em Mauá, venho pro Brás, vou em São Caetano, vou em Santo André, vou na Móoca, eu ando tudo que é lugar, só que emprego tá difícil!

Moça 1 – É assim, eu não vou... aqui tá todo mundo em grupo... eu vou falar que eu sou uma pessoa totalmente encrenqueira, mas eu não quero chegar a esse ponto, não quero levar pro pessoal com você, então, eu vou deslocar isso aqui. Só que custa R\$ 0,75 um jornal...

No GD1 e GD2, ambos constituídos de jovens entre 15 e 24 anos, o centro das discussões foi, junto com a falta de experiência e registro em carteira, a idéia de que falta para o(a) jovem espaços de formação profissional e de que o governo e o setor empresarial poderiam, juntos, ampliar possibilidades de formação para essa população. Também no GD3, formado por jovens de 15 a 18 anos, a falta de capacitação dos(as) jovens foi mencionada como problema para a sua colocação no mercado de trabalho.

No entanto, nos GDs 2, 3 e 4, emergiram discussões interessantes sobre o preconceito sofrido por jovens, sobretudo negros(as), no mundo do trabalho e de como a existência do racismo dificulta a inserção profissional desse grupo. Para os(as) participantes, alguns postos de trabalho estão efetivamente censurados para a população negra: empregos que exigem boa aparência, identificada como uma aparência branca, tais como os cargos de recepcionista, vendedor(a) e atendente. Os debates nos três GDs traziam a percepção do racismo, mas também de outras formas de discriminação, em relação aos(às) nordestinos(as) e aos(às) deficientes físicos(as).

Também tem um negócio, eu sou branquinha, ela é negra. Tem gente que uma recepcionista ser negra, tem cliente que não gosta. Negócio de roupa, de ser nordestina. A gente colocou no nosso, que é excluir na hora de você fazer uma entrevista de emprego. (plenária, feminino, GD4)

No caso do GD3, a discussão sobre o preconceito chegou a um consenso. Esse acontecimento se deve em decorrência da discussão que foi produzida na plenária em que alguns(mas) jovens afirmavam a existência do preconceito, mas outros(as) diziam que o preconceito ou o racismo eram problemas menores ou inexistentes e que a questão deveria se centrar no debate sobre a falta de capacitação e qualificação para se assumir este ou aquele cargo.

A gente chegou à conclusão de que um dos maiores problemas é o preconceito, tanto com a cor, quanto com o físico da pessoa, quanto à falta de experiência. Então, a gente viu o seguinte, que uma solução para o trabalho seria, assim, menos preconceito, mais oportunidade pros aprendizes. (plenária, feminino, GD3)

Todo mundo, rola muito o papo do preconceito, não sei o quê. Mas ninguém pensa na capacitação da pessoa, ela conseguir aquilo. Se ela tem um estudo legal, se ela não fala legal, então, tipo, se ela não fala um português correto, não tem como ela trabalhar num banco, numa coisa assim. Então, muitas pessoas ainda não pensam nisso, só pensam numa coisa só. (plenária, feminino, GD3)

No GD4, a discussão sobre a discriminação racial e do preconceito sobre nordestinos(as) e deficientes físicos(as) também abriu espaço para a discussão sobre a aceitação ou não de determinados estilos juvenis (tatuagens, *piercings*, roupas, cabelo) pelos(as) empregadores(as). Nesse momento, os(as) jovens travaram um debate interessante que se alternava entre a reivindicação de assumir seu estilo e identidade própria, onde quer que estejam, e a necessidade de se comportar de acordo com as regras de alguns espaços sociais, como é o caso do ambiente de trabalho.

Então, e depende, assim de muitas empresas, porque tem empresa que não aceita porque o funcionário que está dentro da empresa é a imagem da empresa lá dentro, entendeu? Já pensou assim você contratar um funcionário que é todo tatuado, por mais que não seja, entendeu? Às vezes, a pessoa se sente mal, o empresário de colocar o funcionário desse estilo dentro de sua própria empresa, entendeu? (plenária, feminino, GD4)

Só que tipo, esse negócio de piercing, tatuagem, eu acho, assim, isso é meio que uma coisa individual. Você quer colocar? Beleza! Vai coloca. (plenária, masculino, GD4)

É que, por exemplo, assim, você vai trabalhar em uma loja aí o cara fala tipo assim: 'ah! Eu não vou te pegar porque você tem um piercing aqui, piercing aqui, uma

tatuagem que aparece'. Então, às vezes, o próprio cliente não gosta de ser atendido por uma pessoa, assim, então é preconceito da sociedade, entendeu? (plenária, feminino, GD4)

Mas alguns(mas) jovens também manifestaram uma cobrança inversa, quando há preferência dos(as) empregadores(as) por determinados padrões estéticos exóticos e valorização de certos estereótipos juvenis:

Mas tem loja, agora, em shopping, principalmente de surfe, essas coisas, que dão preferência para quem tem tatuagem. Então, já está quebrando o tabu de que quem tem tatuagem é maloqueiro, é uma pessoa meio assim. (plenária, feminino, GD4)

...uma coisa que é muito visível, principalmente em shopping, lojas de shopping, é que, às vezes, para a pessoa trabalhar de vendedora, ela tem que usar a roupa da loja. Então, eu tinha uma amiga que trabalhava de vendedora na M. Officer, aí ela falou que tem que comprar roupa da loja para poder trabalhar. Entendeu? Se você não for com roupa da loja, você não trabalha. Ai, eu falei assim: 'Ah! Então, você ganha 50% de desconto pelo preço, né?' Ai ela falou assim: 'Só que se você vai comprar uma blusinha como cliente, eles te vendem por R\$ 100,00 para eu comprar a mesma blusinha, ele vai ser R\$ 190, R\$ 180, então, dá na mesma. (plenária, feminino, GD4)

No GD2 e GD3, surgiram propostas concretas para a criação de novos postos de trabalho, como a redução da jornada de trabalho e o fim das horas extras. No entanto, essas propostas não foram encaminhadas como consenso, pois os(as) jovens ficaram muito inseguros(as) sobre o tema, tendo em vista que, segundo eles(as), muito provavelmente tanto uma proposta como a outra, implicaria na redução de ganhos dos(as) trabalhadores(as), deixando os(as) chefes de família em situação muito difícil.

Na questão do trabalho, o Grupo decidiu, assim, que devia aumentar os funcionários pra gerar mais emprego. Mas assim, diminuir a carga horária, trabalhar menos cada um e trocar o turno pra ter mais funcionários. (plenária, masculino, GD3)

4.2. Educação

Na temática educação, a questão mais crucial foi a da baixa qualidade do ensino. Ela se reflete na violência dentro da escola, nas drogas, no que chamam de “aprovação automática” dos(as) alunos(as), nos conflitos e tensão no relacionamento entre professores(as) e alunos(as), e sobretudo no seu despreparo para a conquista de uma vaga no Ensino Superior público. Como

proposta, aparece a necessidade de capacitar os(as) professores(as) para que consigam compreender os(as) jovens e se relacionar com eles(as). Para isso, foi levantada inclusive a idéia dos(as) professores(as) contarem com apoio psicológico, o que mostra que a fragilidade emocional desta categoria está extremamente exposta aos(às) jovens. Mas muitos(as) jovens também falaram da responsabilidade dos(as) próprios(as) alunos, que não demonstram interesse pela escola e pelo conhecimento, contribuindo para a péssima qualidade da educação.

Junto com a formação, aparece a idéia de que os(as) professores(as) são mal remunerados(as) e de que isso traz danos para a educação, na medida em que os(as) profissionais demonstram pouca motivação para realizar seu trabalho, depositando nos(as) estudantes a responsabilidade pela má educação.

Aumentar o rendimento dos professores, buscando aumentar o interesse deles pra estar ensinando, porque os professores ganham mal e nisso eles não têm tanto interesse de estar ensinando direito os alunos. Eles falam: 'o meu salário, eu tô ganhando, você quer passar, você passa, você quer estudar, você estuda', mas não têm a paciência de estar explicando pra pessoas que 'tão interessadas em estar aprendendo mesmo. (plenária, feminino, GD2)

E se na escola existir cultura, isso vai ser... tipo assim, de repente todos os alunos não estão prestando atenção num professor de matemática e ele começa a cantar na sala de aula, uma música muito boba envolvendo o que ele quer ensinar, você vai prestar atenção, você vai dizer 'Ah! Que professor idiota', mas você vai estar ouvindo, isso vai ficar na sua cabeça o resto da vida. (plenária, feminino, GD5)

No GD5, os(as) jovens discutiram amplamente a questão da formação dos(as) professores(as) na plenária da manhã. Em um dos subgrupos, que contava com um ex-anarquistas, foi realizada uma discussão sobre a diferença entre professor(a) e educador(a), apresentando a necessidade de que a escola seja menos autoritária e mais aberta para aquilo que acontece na rua. O Grupo deu centralidade para a educação, como a base que desencadeia os outros problemas, trabalho e cultura e lazer, afirmando que o fato do sistema educacional ser muito formal, cerceia a possibilidade de reflexão e criticidade das crianças e dos(as) jovens. Nesse sentido, a proposta do Grupo é que a escola seja menos formal e mais voltada à formação de sujeitos críticos.

Então, o que a gente citou em questão de educação é isso, que a escola seja aberta, não exatamente aberta fisicamente como ela é hoje, não, que ela seja aberta para a gente ter liberdade de pensamento, de reflexão, porque o que a gente tem hoje é exatamente isso, são idéias formadas que são jogadas para a gente, tá? (plenária, feminino, GD5)

Nos subgrupos e nas plenárias, os(as) jovens compartilharam suas experiências pessoais de inserção em escolas mal estruturadas, tanto do ponto de vista físico quanto pedagógico. Foram apontadas a falta de equipamentos e de recursos que possibilitem uma educação atualizada, e capaz de cativar os(as) jovens. Também houve referência aos limites da escola atender às suas necessidades básicas:

E hoje em dia, alimento nas escolas, o governo manda enlatado. Vem carne enlatada, salsicha enlatada, macarrão enlatado, tudo enlatado. Como a pessoa vai ter uma vida saudável comendo enlatado? Tinha que colocar verdura, coisas do tipo, uma nutricionista pra fazer uma dieta certa pros alunos estarem comendo direito, né? E automaticamente não vai gastar depois com saúde". (plenária, feminino, GD2)

Não adianta a gente mesmo ir para a escola e a escola estar caindo aos pedaços, você não tem prazer de ir pra aquela escola, a escola tá com a mesa e você põe a mão e a mesa cai, você senta no chão e é capaz de deitar pra fazer lição no chão porque você não tem um ambiente pra isso. Se você vai num restaurante e o restaurante é preto, não vai dar vontade de você comer, vai ficar parecendo que você tá num cemitério, você vai ter até medo da comida. E a mesma coisa é a escola. (plenária, feminino, GD5)

Isso aqui (apontando para o flipchart) é falta de estrutura na escola, falta de materiais, livros, cadernos, material esportivo em geral, né? E isso prejudica muito o ensino dos alunos, acaba prejudicando os jovens, as crianças, isso não incentiva em nada eles estarem tendo um crescimento dentro da escola, e é da onde deveria partir esse ensinamento. (plenária, feminino, GD1)

Essa péssima estrutura do sistema educativo é atrelada, por parte dos(as) jovens, ao descaso das autoridades governamentais. Essa percepção é bastante diferente se comparada aos discursos da mídia e dos(as) próprios(as) professores(as), que costumam atrelar as péssimas condições de funcionamento das escolas à depredação feita pelos(as) estudantes e moradores(as) de bairros populares.

Aliás, a vontade dos(as) governantes em promover uma escolarização mais crítica, ou de qualidade, foi bastante questionada pelos(as) jovens, tendo em vista que a má escolarização contribuiria para a manutenção de uma relação de dominação do Estado diante de uma população "burra", que desconhece seus direitos. Mas vemos nesse tipo de afirmação os ecos da contradição, na medida em que esse discurso dos(as) jovens reflete, muito provavelmente, o discurso dos(as) professores(as) dessa mesma escola. Assim,

supostamente um aparelho de dominação e alienação, a escola é também o espaço que permite desvelar ou criticar essa situação.

Os(as) jovens manifestaram uma desconfiança generalizada acerca dos(as) políticos(as), que preocupam-se mais com o seu próprio enriquecimento do que com as melhorias que beneficiem toda a população e a educação especialmente.

Eu vou falar da educação, né?, das condições precárias do ensino estadual público, por falta de interesse do governo de investir no ensino porque não gera riqueza no país, né? E o governo só se interessa, só tá se interessando pelo ensino básico pra falar: 'oh, o nosso povo não é analfabeto'. (plenária, masculino, GD1)

Com relação à distribuição de verba é isso, que nem ela falou, corta a verba da educação pra destinar a verba pra outra coisa, esse é um problema que todo mundo sabe que existe, mas que tá longe de ser sanado porque vai da cabeça dos parlamentares, e eu tenho certeza que eles não estão preocupados com isso. Eles estão preocupados com o salário deles, ganham oito mil reais, por mês. E o que eu falo é a melhor distribuição da verba. (plenária, masculino, GD2)

A escola é descrita como um espaço pouco estruturado para dar conta da grandeza de seus objetivos, ou das expectativas que pesam sobre ela. Assim, acaba se transformando em um espaço de vivência de discriminação, violência e experimentação de práticas que contribuem pouco para a experimentação dos(as) jovens daquilo que é necessário para a entrada na vida pública.

Além de questionarem as péssimas condições de ensino, os(as) jovens também denunciam a vivência de experiências de discriminação, em especial o racismo, e o convívio forçado com as drogas e cenas de violência no interior da escola.

O Ensino Superior foi amplamente discutido pelos(as) jovens na plenária, embora se manifeste pouco no painel das sínteses. Os(as) jovens apontam a inversão que ocorre no Brasil em relação ao acesso à escola pública. Nas séries iniciais da escolarização, são as crianças pobres que estão nos bancos escolares, mas, nas universidades públicas, são os (as)ricos, (as) os “boys”, que lotam os estacionamentos dessas universidades com seus carros novos:

Tipo, na USP, como a amiga citou, só tem boy na USP. Se for ver, vai no estacionamento da USP, só tem carrão. Os pobre não vai pra USP. Por quê? O ensino tá fraco, não estudou em escola particular, quem vai pra USP? Pessoas que têm dinheiro pra pagar uma escola particular, né? Um cursinho ou alguma coisa. (plenária, feminino, GD2)

Nenhum(a) dos(as) 105 participantes estava cursando uma universidade pública, embora 18 deles(as) estivessem no Ensino Superior. A maioria eram estudantes do Ensino Médio, que depositam boa parte das suas insatisfações com a escolarização básica na sua incapacidade de prepará-los(as) para a entrada no Ensino Superior público e gratuito. A Universidade de São Paulo (USP) apareceu como a grande referência e como um objeto de desejo inatingível.

O que é uma realidade hoje no Brasil, não adianta você se esforçar, chegar o segundo grau e infelizmente o acesso à faculdade não ser para todos. Falta de perspectiva do futuro. (plenária, feminino, GD2)

A gente também queria ressaltar o ensino universitário, né?, que tanta gente que não tem condições de pagar uma faculdade e tem que ir pra faculdade paga porque não teve respaldo pra ter um bom ensino, e as pessoas que estiveram a vida inteira em escola particular estão indo pras escolas públicas, e também essa história de que a universidade pública vai ser paga. Então, aquela pessoa que estudou em escola pública o tempo inteiro e tentou o tempo inteiro passar por cima disso, transcender, essa questão toda de que aluno de escola pública não consegue passar, aqueles poucos que conseguem ainda vão ter que pagar uma escola pública? É um absurdo, né?! E mesmo escola particular, faculdade particular, é muito difícil pagar, tanto que agora existem paralisações, né?, pra conversar com as reitorias, pra ver se abaixa a mensalidade das escolas, das universidades particulares. (plenária, feminino, GD1)

Como proposta para inverter esse quadro, os(as) jovens participantes lançaram mão das seguintes propostas: reserva de vagas nas universidades públicas para pessoas pobres e oferta de cursinhos preparatórios para o vestibular. Eles(as) não se manifestaram a respeito da reserva de cotas [nem para pobres, nem para negros(as)], manifestaram apenas a idéia de que se faça justiça para aqueles(as) que estudaram em escolas públicas, fazendo com que esse seja o público prioritário das universidades.

(Tem que) Fazer com que as faculdades públicas destinem somente suas vagas para aqueles que precisam. (plenária, feminino, GD2)

Durante o debate do GD2, foi lembrado que não basta o acesso, são necessárias também condições para que os(as) jovens continuem seus estudos, facilitando sua permanência, e permitindo que conciliem estudo e trabalho.

Em relação à faculdade, vocês falaram que seria pra dar pra pessoas de baixa renda, você acha que resolve? Porque uma faculdade federal ou estadual você

tem que estudar em período integral, manhã, tarde e noite. Você acha que uma pessoa de baixa renda teria condições de estudar e não trabalhar mais? (plenária, masculino, GD2)

4.3. Cultura

As conversas sobre cultura não foram tão animadas e acaloradas quanto as de trabalho e educação. Fica evidente que, diante de outras necessidades mais prementes, a cultura é vista de forma secundária. Seu significado ficou circunscrito ao tempo livre das pessoas, e a alguns produtos culturais como peças de teatro, cinema e espetáculos. A cultura como esfera de construção das identidades e de expressividade juvenil apareceu muito pouco na fala dos(as) jovens, embora sua importância seja enfatizada por diversos(as) autores(as). Muito provavelmente essa centralidade da cultura está restrita a uma parcela determinada de jovens, sobretudo aqueles(as) que se organizam em grupos, os(as) quais tiveram uma escassa presença nessa pesquisa.

A cultura aparece também com uma função educativa, por exemplo, quando se associa a freqüência ao teatro com a conquista de uma “visão melhor das coisas”.

Mas o eixo forte da discussão foi a pouca divulgação das alternativas culturais gratuitas já existentes, e a dificuldade de acesso a elas, em função de estarem concentradas nos centros das cidades. O alto custo do transporte público apareceu como o grande obstáculo para esse acesso.

Nos pequenos Grupos, os(as) jovens também associaram as atividades culturais com a necessidade de ocupação do tempo ocioso de jovens e crianças, e nessa medida, a cultura aparece como um arremedo necessário à falta de trabalho e educação. De fato, a cultura apareceu pouco como um direito que, como sabemos, tem forte potencial expressivo e crítico, e que contribui substancialmente para a inserção no mundo da comunicação e da informação. Aliás, estas duas esferas sequer foram mencionadas nos Diálogos, embora sejam necessidades culturais de primeira ordem em nossa época.

5. Caminhos participativos: as escolhas dos(as) jovens

Depois de discutir os temas da educação, do trabalho e da cultura e suas demandas em relação a eles, os(as) jovens se debruçaram, no período da tarde, sobre os Caminhos Participativos. Essa foi etapa mais importante do Dia de Diálogo. Os(as) jovens foram novamente organizados(as) em pequenos grupos para fazer a leitura do Caderno de Trabalho, cujo conteúdo apresentava três diferentes Caminhos Participativos: 1) Participação institucional em partidos políticos, grêmios estudantis, movimentos sociais entre outros; 2) Voluntariado 3) Grupos juvenis.

Primeiramente, os(as) jovens deveriam ler cada Caminho e conversar sobre ele, para então iniciarem uma troca de idéias, identificando o(s) Caminho(s) a ser(em) escolhido(s). Essa escolha deveria levar em conta: os prós e contras de cada Caminho; a disposição pessoal da cada jovem em se engajar no Caminho; o potencial dos Caminhos para alcançar as mudanças sociais elencadas pelos(as) jovens na parte da manhã, nas áreas de educação, trabalho e cultura.

A escolha final dos Grupos poderia seguir muitas direções: poderiam escolher apenas um Caminho, dois Caminhos ou aspectos de todos os Caminhos; podiam ainda não escolher nenhum Caminho ou criar um quarto Caminho.

O ritmo e conteúdo dos Diálogos entre os(as) jovens nos pequenos Grupos variou bastante. Essa variação ocorreu entre os diferentes Grupos num mesmo Dia de Diálogo, e entre os diferentes Dias de Diálogo.

De uma forma geral, a divisão dos Dias por faixas etárias não resultou, como se esperava, em Diálogos muito diferentes, do ponto de vista do conteúdo e do envolvimento dos(as) jovens. Tanto o Grupo de 15 a 17 quanto o de 18 a 24 contaram com uma participação bastante ativa dos(as) jovens nas atividades. A diferença residiu muito mais nas relações entre os(as) jovens nos bastidores da pesquisa, havendo uma convivência mais forte em torno da música e das amizades no grupo de adolescentes entre 15 e 17 anos. O clima em geral parecia mais animado e “alto astral”. Neste Grupo também notou-se um maior “exibicionismo” por parte de alguns(mas), sobretudo meninos, o que acabou se revertendo em elemento de descontração ao longo das atividades.

Nos Grupos com maior homogeneidade etária (18 a 24 e 15 a 17 anos), os(as) jovens puderam se manifestar com menos censura. Já nos Grupos envolvendo jovens entre 15 e 24 anos, havia uma forte tendência de silenciamento dos(as) mais novos(as), diante da maior experiência e capacidade discursiva dos(as) mais velhos(as).

Moças e rapazes compareceram de forma bastante equilibrada nos cinco Dias de Diálogo, e esta tendência se manteve em relação à sua participação nas atividades. Não houve diferenças significativas nas “falas públicas” de moças e rapazes.

Vamos, então, apresentar as escolhas ou consensos construídos pelos(as) jovens, aqui denominados sínteses dos Caminhos Participativos:

Tabela 10. Quadro global das sínteses dos Caminhos Participativos

Grupo de Diálogo	Síntese dos Caminhos
<p style="text-align: center;">GD1 15 a 24 anos</p>	<p>Falta de verba do governo para ações voluntárias</p> <p>Música é importante para a participação da juventude</p> <p>Todos os Grupos, direta ou indiretamente, falaram do trabalho voluntário</p> <p>Os Grupos falaram da importância do esporte e lazer</p> <p>Todos abordam o assunto do Caminho 1</p> <p>Música como forma de expressão do(a) jovem. Através do <i>hip hop</i>, os(as) jovens expressam suas idéias</p> <p>Forma de participação direta. a burocracia é importante pelo menos do apoio dos(as) políticos(as)</p>
<p style="text-align: center;">GD2 15 a 24 anos</p>	<p>Cada um(a) tem que fazer a sua parte</p>
<p style="text-align: center;">GD3 18 a 24 anos</p>	<p>O governo realmente não ajuda tanto</p> <p>O envolvimento dos Grupos, um está passando conhecimento para o outro, informação</p> <p>A importância do Caminho 1: correr atrás do que a gente quer (emprego, não ter mais preconceito), cobrar do governo</p> <p>O Caminho 3 pode ser um meio de sobrevivência para os(as) jovens, pode render dinheiro</p>
<p style="text-align: center;">GD4 15 a 17 anos</p>	<p>Todos os Grupos querem ajudar uma instituição</p> <p>Todo mundo optou pelo Caminho 2</p> <p>Todo mundo falou na dificuldade do tempo, mas ninguém se negou a ajudar</p> <p>Parceria com empresas para promover o primeiro emprego</p>
<p style="text-align: center;">GD5 experiência participativa</p>	<p>Para os(as) jovens, o Caminho 1 exige mais responsabilidade e lidar com burocracia/controle, por isto ele não foi escolhido</p> <p>Todos os Caminhos têm os objetivos, os meios e as conseqüências</p> <p>O voluntariado, se não for organizado, acaba atrapalhando ao invés de ajudar</p> <p>Cobrar os(as) governantes é uma ação importante</p>

Como podemos observar, as sínteses são bastante diferentes umas das outras. Mas é possível fazer algumas análises, considerando não só o resultado final das sínteses mas também os processos de Diálogo que conduziram até elas.

Podemos notar um reconhecimento significativo da importância do Caminho 1 (forma de participação mais institucional: partidos políticos, sindicatos, grêmios estudantis, conselhos de direitos, movimentos sociais, ONGs), embora ele não apareça como uma escolha majoritária. Nas sínteses, a tensão entre reconhecimento da importância do Caminho 1 e as dificuldades práticas de aderir a ele fica evidentes. Ele acaba aparecendo nas sínteses sobretudo como forma de cobrar os(as) governantes, como aquilo que os(as) jovens estariam efetivamente dispostos(as) a fazer.

De forma geral, o espaço da política é visto como algo distante, em que as pessoas não se reconhecem- e com a qual apenas os(as) políticos(as) profissionais têm familiaridade. Esse aspecto está relacionado à especialização do campo político, no âmbito do qual os(as) jovens definem suas expectativas. Assim, os(as) jovens afirmam que é preciso eleger bons(boas) representantes e cobrar que façam seu trabalho, mantendo com eles(as) uma relação próxima à do(a) cliente. Esse traço distintivo da política nas sociedades modernas, qual seja, de sua autonomização crescente, acirra a distância entre os indivíduos comuns e esse mundo que aparece de forma fechada, hermética e até mesmo ameaçadora.

Os prós e contras do Caminho 1 foram os mais citados nas plenárias, mostrando que esse foi o Caminho mais controverso e repleto de contradições. Era a respeito dele que os(as) jovens viviam os maiores conflitos, pois de um lado reconheciam sua importância para concretizar os direitos de cidadania que eles(as) próprios haviam levantado, mas por outro se deparavam com sua baixa disponibilidade para participar desse espaço. Corroborando com diversos estudos a respeito da crise de representação política nas democracias modernas, observamos que esse é o âmbito em que os(as) jovens se mostram mais refratários(as), descrentes e desmobilizados(as). Ao mesmo tempo, sua centralidade como esfera capaz de melhorar a vida das pessoas é reconhecida, o que portanto gera conflitos. Como compatibilizar o reconhecimento da importância da política com as desconfianças e o assumido desinteresse em relação às suas instituições?

Já o Caminho 2 (participação através do voluntariado) aparece como o maior foco de consenso entre os(as) jovens. A adesão majoritária dos(as) jovens a este Caminho foi contrabalançada apenas com algumas manifestações pontuais reforçando seus aspectos negativos. O principal ponto contrário levantado era a desresponsabilização dos governos, que ficam desobrigados de suas tarefas na medida em que a sociedade civil as assume. Esse ponto foi reconhecido pelos(as) jovens adeptos(as) ao serviço voluntário, mas ele era contornado pela idéia de unir ação voluntária à cobrança dos governos. Desta forma, os(as) voluntários(as) não assumiriam o lugar do Estado. A frase que marca esse *ethos* político bastante poderoso é, como diz a síntese do GD2, “cada um(a) tem que fazer a sua parte”.

Nessa idéia de cada qual fazer a sua parte notamos, curiosamente, que a parte dos(as) cidadãos(ãs) não se confunde com a parte do governo. Há uma cisão clara entre o que seria a esfera de ação civil e a esfera de ação governamental, vista como sinônimo de esfera pública.

Os laços que unem uma coisa a outra são rompidos nesta máxima, e a ação civil aparece como algo totalmente desconectado da ação pública. Os(as) jovens revelam que o lugar dos vínculos cívicos, das relações solidárias, do bem comum, localiza-se cada vez mais longe do Estado.

O Caminho 3 (participação através de grupos juvenis) foi o que menos mobilizou a atenção dos(as) jovens, seja porque não entendiam direito o que seriam esses grupos, seja porque não viam muita relação entre a ação desses grupos e as mudanças sociais. Apenas no GD1 o potencial expressivo da música aparecia como veículo possível para a participação social, mas mesmo nesse caso, com a condição de que estivesse articulada a uma ação que gerasse algum benefício social concreto, por exemplo, a arrecadação de alimentos. Isso apareceu na apresentação de um dos pequenos Grupos, mas perdeu-se nas formulações finais da síntese do Dia. Nesse grupo, a expressividade cultural convertia-se em meio de atração dos(as) jovens para que então, reunidos(as), pudessem desenvolver uma ação propriamente social.

Num outro sentido, o Caminho 3 aparece na síntese do GD3 como uma possibilidade de geração de renda para os(as) jovens. Essa articulação entre a participação e a lógica de sobrevivência foi muito forte e aparece aqui denunciada de forma explícita. Assim, de Caminho possível para atingir melhorias para a coletividade, ele torna-se um caminho para melhorar a vida dos próprios membros do grupo.

Para compreender esta faceta da participação, é preciso reconhecer que profissionalização da política abarca hoje não só os sistemas formais de representação, mas também as organizações da sociedade civil. O engajamento em causas sociais transformou-se, também, em atividade profissional e meio de vida. O mesmo ocorre em relação às práticas culturais e sociais de diferentes grupos jovens que, em determinados momentos, passam a buscar a profissionalização e a sobrevivência econômica através de suas atividades. Muitos formam bandas e correm atrás do sucesso, e outros legalizam sua situação como organizações da sociedade civil, através das quais podem obter financiamentos.

A baixa identificação dos(as) jovens com o Caminho 3 e o arrefecimento do debate em relação a ele contrasta com os dados da etapa quantitativa desta mesma pesquisa, que identificou 34,2% de jovens envolvidos(as) em grupos na Região Metropolitana de São Paulo. Os grupos estão distribuídos da seguinte forma:

Tabela 11. Tipos de atividade realizada pelos grupos, por sexo, em % (questão 35)

Atividades	Total	Sexo	
		Masculino	Feminino
Religiosas	48	37,7	59,5
Esportivas	33	49,4	14,9
Música/dança/teatro	25,3	26,8	23,7
Estudantis	11,5	10,5	12,6
Comunicação	6,8	5,9	7,9
Melhoria do bairro	6,4	4,6	8,4
Meio ambiente	5,5	5,4	5,6
Político-partidárias	4,4	4,2	4,7
Trabalho voluntário	2,4	2,5	2,3
Outras	2,3	2,1	1,4

Fonte: Juventude Brasileira e Democracia, 2004.

A tabela mostra um envolvimento significativo dos(as) jovens em torno de grupos religiosos, sobretudo as moças. Já os rapazes são maioria nos grupos esportivos. O trabalho voluntário reúne apenas 2,4% dos(as) jovens, embora seus princípios tenham se revelado nos Dias de Diálogo os mais compatíveis com as buscas dos(as) jovens.

Talvez essa aparente incoerência reflita o fato de que os grupos jovens funcionam como circuitos mais ou menos restritos aos seus membros, cuja importância e valor não extravasam muito seus próprios limites, enquanto a atividade voluntária encontra um reconhecimento social mais amplo. Assim, mesmo que haja mais jovens envolvidos(as) em grupos do que envolvidos em ações voluntárias, isso não se traduz em visibilidade social e reconhecimento. Este dado pode indicar um forte limite para os grupos juvenis como atores públicos.

Mesmo considerando que esses grupos jovens estejam cada vez mais sendo reconhecidos(as) pelo poder público, sobretudo local, que vem realizando mapeamentos sobre a sua existência nas cidades (como foi o caso da cidade de São Paulo²), e articulando ações voltadas a esse segmento, é preciso reconhecer que o real potencial dos grupos juvenis como atores capazes de influenciar o poder público e incluir pautas na agenda política ainda permanece desconhecido.

² Ver PREFEITURA DE SÃO PAULO. Mapa da Juventude. Perfil e comportamento do jovem de São Paulo. 2003.

Logo após a elaboração da síntese do Dia, as facilitadoras faziam algumas problematizações em cima dos consensos alcançados. Essa problematização variava conforme o conteúdo da síntese final e funcionava da seguinte forma: se um dos Caminhos não tivesse sido mencionado, enfatizava-se os prós desse Caminho e chamava-se a atenção para o fato de que ele estava sendo desconsiderado; no caso de vários Grupos terem defendido um Caminho, seus pontos desfavoráveis eram realçados.

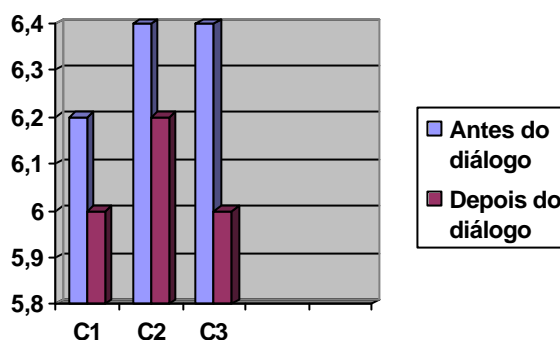
Na prática, as problematizações giraram em torno de dois pontos principais: o levantamento dos contras do Caminho 2, pois foi um Caminho muito citado pelos Grupos, e o levantamento dos prós do Caminho 3, muito pouco mencionado pelos(as) jovens. Quanto ao Caminho 1, foram realizadas algumas problematizações, mas em geral o levantamento dos prós e contras era feito pelos(as) próprios(as) jovens ao longo do Dia.

Após as problematizações, os(as) jovens preenchiam a ficha Pós-Diálogo, dando notas de 1 a 7 a cada um dos Caminhos Participativos, e apontando as condições para o seu engajamento em cada um deles. Essa ficha foi comparada com a ficha Pré-Diálogo, preenchida no início do Dia, sendo possível apreender as mudanças de opinião dos(as) jovens ao longo do Dia.

6. Resultados das fichas pré e pós-Diálogo

As notas dadas pelos(as) jovens aos vários Caminhos foram muito próximas, havendo pequenas variações. Os Caminhos 2 e 3 foram os melhor avaliados no início do Dia, recebendo a nota 6,4. Mas no final do Dia, o Caminho 2 se destaca com a maior nota final (6,2), como vemos no gráfico abaixo:

Gráfico 3. Médias das notas dos Caminhos Participativos antes e depois dos Diálogos



C1= Caminho 1: participação institucional em partidos políticos, sindicatos, conselhos de direitos, movimentos sociais e ONGs | C2= Caminho 2: voluntariado | C3= Caminho 3: grupos juvenis

Somando as notas das fichas Pré e Pós-Diálogo para cada Caminho, novamente o Caminho 2 se destaca com uma média de 6,3, seguida por 6,2 do Caminho 3 e 6,1 do Caminho 1. Portanto, o resultado final aponta a preferência dos(as) jovens pelo Caminho 2, da ação voluntária, o que confirma as tendências observadas nas sínteses dos Caminhos Participativos.

De forma geral, as notas atribuídas pelos(as) jovens aos Caminhos Participativos foram um pouco superiores no início do Dia de Diálogo, e diminuíram ao final do Dia. Há apenas três exceções: no GD4 e GD5 as notas para o Caminho 2 aumentaram depois do Diálogo, o que ocorreu também no GD2 em relação ao Caminho 3.

Assim, as atividades do Dia de Diálogo não geraram uma maior aprovação dos Caminhos, e sim o alargamento da visão crítica em relação a eles.

Tabela 12. Média das notas dos Caminhos

	Geral	Antes do Diálogo	Depois do Diálogo
C1	6,1	6,2	6
C2	6,3	6,4	6,2
C3	6,2	6,4	6

O Caminho 1 foi aquele que recebeu as notas mais baixas. Quanto maior a idade dos(as) jovens, menores as notas dadas a esse Caminho. Assim, os(as) adolescentes entre 15 e 17 anos foram os(as) mais otimistas em relação a ele. Essa tendência dos(as) mais novos(as) atribuírem notas mais elevadas foi observada parcialmente em relação aos outros Caminhos, mas se revelou mais forte em relação ao Caminho 1.

Na tabela abaixo, podemos visualizar melhor as diferenças das notas nos vários Caminhos, conforme a faixa etária. Demos preferência aqui para uma visão comparativa entre o GD mais novo (15 a 17 anos), GD mais velho (18 a 24 anos) e o GD formado por jovens com experiência participativa, os(as) quais por sua vez são mais velhos(as). Os outros dois GDs não segmentaram os(as) jovens por faixa etária, reunindo jovens entre 15 e 24 anos, razão pela qual foram excluídos da tabela.

Tabela 13. Média das notas por faixa etária

Faixa etária			Notas
15 a 17	C1	Antes do Diálogo	6,8
		Depois do Diálogo	6,8
	C2	Antes do Diálogo	6,6
		Depois do Diálogo	5,6
	C3	Antes do Diálogo	6,6
		Depois do Diálogo	6,4
18 a 24	C1	Antes do Diálogo	6,6
		Depois do Diálogo	6,4
	C2	Antes do Diálogo	6,4
		Depois do Diálogo	6,8
	C3	Antes do Diálogo	6,8
		Depois do Diálogo	6,3
Com experiência participativa 15 a 24 anos*	C1	Antes do Diálogo	5,7
		Depois do Diálogo	5,3
	C2	Antes do Diálogo	6,1
		Depois do Diálogo	6,4
	C3	Antes do Diálogo	6,6
		Depois do Diálogo	5,7

*Este GD reuniu 31 jovens, dos(as) quais 29 (93%) tinham mais de 18 anos. Portanto este GD foi formado por jovens mais velhos(as).

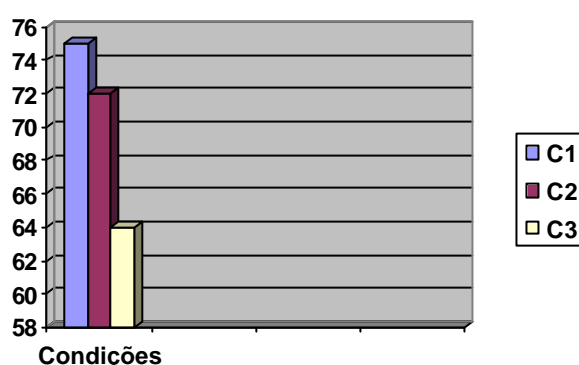
Encontramos uma relação significativa também no que tange à escolaridade. Os(as) jovens que possuem até a 4ª série deram notas mais altas do que os(as) mais escolarizados(as), a todos os Caminhos Participativos.

A mais baixa de todas as médias (5,3) foi dada pelos(as) jovens com experiência prévia de participação ao Caminho 1. Parece significativo que o Grupo em princípio formado por jovens mais atuantes tenha sido aquele que deu menos importância ao Caminho da participação institucional.

Considerando a situação ocupacional dos(as) jovens, aqueles(as) que estão trabalhando são mais pessimistas, atribuindo notas mais baixas para todos os Caminhos, tanto nas fichas Pré quanto nas fichas Pós-Diálogo. No que tange ao sexo, as moças tenderam a atribuir notas um pouco mais altas, com exceção do Caminho 1 na ficha inicial, em que a média das moças foi igual à dos rapazes.

Na ficha Pós-Diálogo, além de atribuírem notas, os(as) jovens poderiam indicar as condições para que eles(as) se engajassem em cada um dos Caminhos. O gráfico abaixo mostra a distribuição das condições apontadas pelos(as) jovens nos três Caminhos Participativos:

Gráfico 4. Número de condições indicadas pelos(as) jovens aos Caminhos Participativos



Como vemos, corroborando com a análise feita acerca do Caminho 1 (pág. 28) ele parece ser o Caminho mais controverso, em que residem as contradições essenciais da política nas sociedades modernas. É o Caminho que mais denuncia aos indivíduos e, nesse caso, aos(às) jovens, sua indisponibilidade para a vida pública, gerando um forte incômodo na medida em que, ao mesmo tempo, os(as) jovens reconhecem que as mudanças sociais necessárias estão concentradas na participação institucional. Isso aparece não apenas no maior número de condições no Caminho 1, mas sobretudo na variedade de condições levantadas pelos(as) jovens nesse Caminho, enquanto no Caminho 2 as condições foram mais homogêneas (ver análise das condições abaixo).

No mesmo sentido, o Caminho 3 foi o que recebeu menos condições, o que revela a opacidade deste Caminho e sua relativa desimportância frente aos outros dois.

Vamos agora nos deter no conteúdo das condições levantadas pelos(as) jovens.

Em relação ao Caminho 2, muitos(as) jovens afirmaram que sua participação estaria condicionada à não-desresponsabilização do governo, e a um apoio dele ao próprio trabalho voluntário (22 menções). O respeito à sua disponibilidade pessoal de tempo e às suas habilidades foi mencionado como condições por dez jovens. O restante das condições (dez) foram variadas, mas com predomínio de menções condicionando a participação no voluntariado a uma necessidade de que fosse feito em grupo, coletivamente. Alguns(mas) jovens também citaram a necessidade de serem remunerados(as) por esse tipo de trabalho.

Já as condições levantadas no Caminho 1 foram mais diversificadas. Uma parte (11 menções) condicionava a participação a uma diminuição da burocracia, à realização de ações concretas e diretas, à conquista de melhorias para a vida das pessoas e ao não-favorecimento de grupos específicos.

Houve também exigências para que o governo apoiasse a ação política no sentido de torná-la mais eficaz (sete). Cinco jovens afirmaram participar contanto que tenham voz ativa e que suas idéias sejam respeitadas. Dois(duas) jovens apontam como condição obterem informações e formação suficiente sobre a organização ou movimento do qual fariam parte. E, finalmente, dois(duas) jovens condicionaram sua participação ao pagamento de bolsa.

No Caminho 3, as condições voltam a ser mais homogêneas, havendo 13 menções a uma participação condicionada à abertura do grupo juvenil a outras pessoas, raças, idéias e gostos. Ou seja, que os grupos não fossem fechados em si mesmos. Algumas condições diziam respeito a viabilidade dos grupos, como por exemplo, *“ter apoio e infra-estrutura”*, *“respaldo de ONGs ou governos para que não se tornem efêmeras”*, *“dar lucros aos jovens”*.

7. Participação: tendências, interdições, potencialidades

*“...no (Caminho) 1 você tá falando,
no 2 você tá agindo,
e no 3 você tá bagunçando.”*
(pequeno Grupo, GD2)

A pesquisa mostrou que o tema da participação juvenil está relativamente distante da vida concreta da maior parte dos(as) jovens. Diante disso, eles(as) demonstraram dificuldade para compreender o universo semântico trazido pelo Caderno de Trabalho. Assim, mesmo no Grupo com experiência prévia de participação, a maioria dos(as) jovens não sabia o significado de Fórum Social Mundial, UNE, *impeachment* ou movimentos sociais. Isso confirma os dados da etapa quantitativa, em que apenas 24,1% dos(as) jovens entrevistados(as) sabiam o significado da sigla ONG, e apenas 2,2% souberam responder o que é Fórum Social Mundial.

Optamos por analisar as tendências de participação focalizando cada um dos Caminhos Participativos apresentados aos(às) jovens, apreendendo os posicionamentos, as resistências e possibilidades geradas por cada um deles.

7.1. Caminho 1 – A política e suas incongruências com o tempo de ser jovem

*“Tem que ser mais intelectual,
é mais complicado, tem que
estar mais presente.”*

Ao longo dos Diálogos, os(as) jovens confrontavam as diferentes modalidades de participação à sua vida concreta, e mostravam assim as potencialidades e limites entre essas modalidades e sua condição juvenil, e também sua condição de classe, de gênero, de moradia, de escolaridade e de trabalho.

Em relação ao Caminho 1, os(as) jovens apontaram várias incongruências entre as exigências deste tipo de participação e suas próprias condições de vida. O limite mais significativo, apontado em todos os Grupos de Diálogo, mais particularmente no grupo de 15 a 17 anos, foi o despreparo dos(as) jovens em relação à participação institucional, que é o

Caminho dos partidos políticos, sindicatos, grêmios estudantis, conselhos de direitos, movimentos sociais e ONGs.

Ele foi descrito como um Caminho para quem “*sabe fazer*”, para quem “*está por dentro*”. Um dos pequenos Grupos sugeriu a realização de palestras para os(as) jovens por parte dos partidos políticos, como forma de aproximá-los(as) desse espaço. Isso revela que os(as) jovens não sentem-se qualificados para essa tarefa. Não se trata de uma desqualificação operada pelo mundo adulto, ou não se trata apenas disso.

A inexperiência dos(as) mais novos(as) parece incompatível com a atividade política. Afinal, são necessários atributos que os(as) jovens não teriam na medida necessária: informação, contatos, capacidade de falar e se comunicar, desinibição, segurança, propostas estruturadas.

O mundo da política é visto como algo fechado, cujo acesso exige uma rede de relações e de habilidades especializadas. Afinal, como chegar até lá? E ao chegar, como se sustentar num meio tão hostil?

- *Tem que ser mais intelectual, é mais complicado, tem que estar mais presente.*
- *Estar mais por dentro...*
- *Aí a gente teria que estar assumindo um compromisso maior, estar procurando um partido, estar se filiando a alguma coisa. E você tem que ter uma pessoa que possa estar levando isso pra você (...)*

Quando envolve a escola, o grêmio, a gente participa. Mas quando envolve a política é complicado, sempre tem alguém querendo engolir a gente. Então a gente tem que começar de baixo, com coisas simples, para depois adquirir bastante experiência e partir para coisas maiores, o que vocês acham?

- *Adquirir experiência pra saber como lidar, não ficar sem noção. (pequeno Grupo, GD3)*

Além dos requisitos para entrar no mundo da política, é preciso ajustar suas expectativas e esperanças ao tempo político, em que as mudanças não são instantâneas, e podem mesmo ser tarefa para diferentes gerações:

Eu acho que para um jovem é muito difícil engajar no primeiro Caminho porque é muito difícil, é muito comprometimento, é muita responsabilidade, e às vezes fica... se sente muito pressionado, é muita burocracia, essa lentidão, o jovem quer ser mais ativo, mais rápido. (plenária, GD4)

(...) você vai levantar uma bandeira, você vai segurar uma situação, então você precisa ter argumentos pra segurar essa situação. E a maioria do Grupo, das oito

peessoas do Grupo, sete, a gente sabe, têm essa consciência de que nós não conseguiríamos sustentar uma situação de engajamento político, tá. E quando a gente faz uma escolha, tem que ir até o fim. (plenária, GD5)

Delinea-se, nas passagens acima, certa incompatibilidade entre o engajamento no Caminho 1 e a condição juvenil.

Retomando a proposta das palestras nos partidos políticos, ela parece ilustrativa do tipo de relação que os(as) jovens estão dispostos(as) a manter com estas instituições. Ao apresentá-la na plenária, o Grupo mostrava o quanto, apesar de não se enxergar na política, reconhecia sua importância e a necessidade de traçar alguma “ponte” com esse mundo. E a ponte possível é essa: informar-se e compreender o funcionamento da política e de suas instituições. Se isso parece pouco do ponto de vista da ação política, como de fato é, também aponta o desconhecimento e o distanciamento dos(as) jovens em relação aos partidos políticos, como algo que precisa ser rompido, paulatinamente. Essa aproximação possível se dá no registro de numa situação educativa em que os(as) mais jovens são apresentados(as) às instituições adultas. Vista sob esse ângulo, a proposta não parece dizer pouco, mas sim denunciar uma certa omissão adulta em relação à transição dos(as) jovens aos espaços públicos. E aqui somos colocados(as) diante de questões mais profundas, que dizem respeito à crise da própria democracia representativa, afinal, se os(as) adultos(as) também estão ausentes do espaço público, como poderão apresentá-lo aos(as) mais jovens? Não vamos nos alongar nesta questão, para não perder o foco nos(as) jovens. Por hora, cabe aqui apenas considerar que a participação, ou a não-participação dos(as) jovens, não pode ser totalmente explicada *per se*, como fenômeno exclusivamente juvenil.

A relativa incongruência entre a fase da juventude e a participação política mais institucional costuma estar pouco presente nas explicações sobre a baixa participação dos(as) jovens. Pelo que pudemos perceber, ele mereceria maior atenção e análise.

Mas a pouca adesão dos(as) jovens ao Caminho 1 se recobre também de outros significados. A descrença no mundo político, entendido como o mundo dos(as) políticos(as), fica evidente. A política vira sinônimo de um sistema viciado, que beneficia poucos(as). As promessas enganosas, a corrupção, os altos salários e a falta de mudanças efetivas na vida das pessoas são os principais sinais dessa insatisfação.

Mas eu acho que tudo sem política é bom, eu acho que tudo o que tem política não rende, porque o político sempre rouba um pouco. É o que eu acho. (pequeno Grupo, GD3)

Não concordo com o Caminho 1. Ele está reforçando o sistema, porque você tá lá como autoridade. Beneficia bastante, mas quem garante? Não estou disposto a engolir isso. (GD1)

O clientelismo deixa suas fortes marcas, mostrando que continua vivo na tradição política brasileira e ainda constitui uma base importante através da qual os(as) jovens e a população tomam contato com os(as) políticos(as):

- *Nessa última eleição que teve, eu votei porque o vereador, eu até esqueci o nome dele, praticamente comprou o meu voto.*
- *Você vendeu seu voto?*
- *Vendi, assim, entre aspas, porque eu 'tava precisando de um ultra-som dos rins e lá no hospital geral ia demorar três meses pra mim conseguir. E ele é médico, eu falei pra ele que eu dava meu voto se ele me adiantasse o exame. Aí eu consegui fazer o exame, ele me deu uma folha e eu consegui.*
- *Mas ele é bobo, e se você não votasse nele?*
- *E eu não votei mesmo... eu votei em branco.* (pequeno Grupo, GD5)

Além do despreparo e da descrença nos(as) políticos(as), há também um aspecto importante que afasta os(as) jovens dos espaços institucionais de participação: as pesadas exigências do mundo político.

Nossa, é uma luta, uma guerra. Quem tá dentro vai atrás de passeata, de tudo. Se arrisca mesmo no assunto, dando sua cabeça, sua pele pra conseguir o que quer. São pessoas bem objetivas. Eu tenho preguiça. (pequeno Grupo, GD2)

Na fala acima, vemos que essa jovem parece estar bem informada a respeito da atuação política, e esse conhecimento, ao invés de aproximá-la da política, a afasta. Por isso é preciso ter cuidado ao afirmar uma correlação direta entre falta de informação e baixa participação. Certamente a posse de informações é fundamental, mas não suficiente, para o engajamento político.

Na pesquisa quantitativa, observou-se uma forte relação entre o grau de participação dos(as) jovens e o nível de escolaridade. De forma análoga, há uma forte influência da classe social na participação, e como na realidade brasileira existe uma forte associação entre escolaridade e classe social, em que os(as) mais ricos(as) são os(as) que têm acesso aos níveis mais altos de ensino, entendemos que a escolaridade não deve ser vista isoladamente como fator que favorece a participação.

Na verdade, não é o acesso à formação escolar entendida como um conjunto de conteúdos e informações que deve ser vista como elemento favorável à participação, mas assim as oportunidades sociais, que incluem as educacionais, de construir disposições práticas necessárias à participação. Essas condições parecem existir mais fortemente entre os(as) jovens das classes mais altas, o que se traduz em melhores níveis educacionais, mas também em acesso aos bens culturais e aos sistemas de comunicação modernos. Os dados da pesquisa quantitativa mostram que os(as) jovens de classes mais altas costumam se informar mais, e para isso dispõem de maior recursos, como acesso a computador em casa, internet,

livros, e até mesmo orientações familiares. Já para os(as) jovens mais pobres, a escola pública emerge como *locus* fundamental para essa tarefa.

Quando conversavam a respeito do Caminho 1, os(as) jovens faziam uma associação direta com os partidos políticos, embora essa associação também tenha ocorrido com as ONGs. Do ponto de vista da compreensão do Caminho e da comparação com os outros Caminhos, essa associação não surtiu efeitos negativos. Isso porque o partido político, de fato, pode ser tido como um emblema do Caminho 1. Afinal, essa instituição é um pilar central da democracia representativa brasileira.

Assim, as opiniões que os(as) jovens emitiram sobre o Caminho 1 estavam muito ancoradas às suas visões a respeito dos partidos. Curiosamente, outras instituições presentes no Caminho 1 chegavam a ser evocadas pelos(as) jovens como contrapontos ao partido político:

- *Participar eu não participo, mas igual ele 'tava falando aí, você fazer as coisas sem a política é bem melhor, porque eles só puxam pra eles.*
- *Promete, promete e nada! Na verdade, se não é ONG, sindicato, grêmio, o que nós ia ser? Se fosse pra depender mesmo da política, nós não ia conseguir, não!*
- *Nós seria escravos deles!*
- *O que tá ajudando é associações, é sindicatos, isso tá ajudando bastante pra poder subir. Porque um quer ganhar mais do que o outro.*"(pequeno Grupo, GD3)

Fica patente que, aos olhos dos(as) jovens, as organizações da sociedade civil têm uma credibilidade muito maior do que os partidos, que se confundem muito com os próprios governos.

Apenas um jovem apontou uma perspectiva de mudança da política partidária viciada através da renovação geracional. A alternativa seria a invenção de uma nova política pelos(as) jovens.

Tudo é política. Na escola, em casa quando a criança pede Danone pra mãe, é tudo persuasão, você é ludibriado pelo que vê e ouve, né, então, na TV, tá aí, tem que tomar cuidado. Então a gente tem que ser político e entrar nesse Caminho 1 também, e inventar outros partidos, porque esses daí já estão todos dentro do sistema, alienados, e a gente tem que renovar as coisas."(plenária, GD4)

Mas a tendência geral não foi essa. Para a maioria, a política é a mesma independentemente de ser feita por jovens ou por adultos(as).

Esse dos jovens ser político não concordo. Acho que vai ser a mesma coisa dos adultos. (pequeno grupo, GD1)

Mais do que isso, muitas vezes o exercício político dos(as) jovens, mesmo que seja o voto, aparece como algo para o qual ele(a) não possui preparo.

Eu acho que assim, esse negócio de voto, eu acho que com dezesseis anos não podia votar, na parte da adolescência a gente não tem cabeça pra ficar pensando no político que a gente quer e no político que a gente não quer. Aquele político que chega e fala que tem festa o ano todo, quem não vai votar nele? (risos)”

Fica claro que, para os(as) jovens, a política é um desafio a ser enfrentado de forma colaborativa entre as gerações:

Eu acho que a política puramente dos jovens é muito complicada, sem estudar fatos políticos que já aconteceram e sem ter as política coordenada por alguém com mais experiência política. A gente querer sentar aqui e fazer política não dá sem ter uma base, sem pegar os exemplos que já ocorreram e sem uma liderança que entenda mais de política. (pequeno Grupo, GD5)

Mas, apesar de todas estas questões levantadas, vemos um forte reconhecimento da política institucional pelos(as) jovens, como um âmbito essencial na construção de um país mais justo.

Na verdade, se você não fizer uma participação política nunca que os governantes vão se mexer pra fazer alguma coisa, porque enquanto eles ‘tão lá e ninguém tá reclamando, tá tudo bem, mas por exemplo, trabalho voluntário, você vai mexer só com a comunidade, é teatro essas coisas, mas se você trabalhar com política bate direto com o poder. (GD1)

Eu me identifico um pouco, porque mexendo diretamente com a política, com a parte do poder, dá mais resultado. (GD1)

Sem a maldita da política no meio a gente não sai do lugar. (pequeno Grupo, GD1)

Mas, entre a afirmação da importância da política institucional e a disposição para nela se engajar há uma enorme distância física, simbólica e geracional.

Pra resolver todos esses problemas teria que ser os três. Mas tá perguntando o que a gente faria e eu não me engajaria no Caminho 1. Eu sei que resolveria, mas eu não faria. (pequeno Grupo, GD4)

Quando os(as) jovens se deparavam com a importância da política e com suas impossibilidades pessoais de se engajarem nela, surgia um conflito tenso, angustiante, mas rico em suas possibilidades de aprendizado e auto-conhecimento. O contato com as contradições de fato causou reações de muito incômodo, como podemos ver abaixo:

- A gente não tem saída, porque os nossos problemas só no Caminho 1, mas o que a gente gosta de fazer é no Caminho 2. O trabalho voluntário a gente vê

resultado e no partido tem que brigar muito e esperar. A gente consegue universidade no Caminho 1 e pode reformar a escola no trabalho voluntário.

- Vocês 'tão tirando onda da gente. Nossa cabeça tá fritando. Você pode apresentar nossa conclusão, porque você escreve tudo e deve tá processando tudo aí. O que é que a gente decidiu?" (grifos nossos, jovem se dirigindo à observadora, GD5)

Vale dizer novamente que foi justamente no Caminho 1 que os(as) jovens identificaram as maiores fortalezas da política, mas também os maiores vícios e desvios. A variedade de pontos prós e contras foi mais evocada do que nos outros Caminhos, e nele as principais contradições envolvidas no exercício da vida democrática puderam aflorar. Assim, ao mesmo tempo em constatamos uma baixa adesão dos(as) jovens ao Caminho 1, o que é indicado pelas sínteses do Dia e também pelas fichas Pré e Pós-Diálogo, vemos também um forte envolvimento dos(as) jovens na discussão a seu respeito.

A reconstrução do espaço político democrático e de suas instituições, esgarçadas pelos vícios partidários que se entrelaçam às velhas práticas clientelistas, parece urgente. E essa reconstrução não deve prescindir das gerações mais novas, senão como protagonistas principais, como importantes interlocutores(as) com os(as) quais é preciso ressignificar as possibilidades da vida em comum.

O diálogo e o debate com os(as) jovens mostrou-se um caminho fértil, em que puderam não só ampliar seu conhecimento a respeito da vida democrática, mas sobretudo entrar em contato com suas próprias disposições e contradições.

Também é preciso contextualizar essa baixa adesão como uma tendência histórica que atinge todos os grupos sociais, e não apenas os(as) jovens. Na sociedade moderna e global, as instituições sociais têm sido questionadas e postas em cheque. As normas e regulações sociais cedem espaço cada vez maior às escolhas individuais. O indivíduo aparece como unidade de construção da justiça e da felicidade.

A individualização veio para ficar; toda elaboração sobre os meios de enfrentar seu impacto sobre o modo como levamos nossas vidas deve partir do reconhecimento desse fato. (BAUMAN, 2001)

Reconhecer nossa dificuldade em construir o vínculo coletivo não pode, entretanto, nos levar à paralisia cínica. Mas não resta dúvida de que, para enfrentar essa situação, é preciso identificar e compreender os processos sociais que lhes definem. A articulação entre individualismo e política poderá ser mais aclarada no item seguinte, que discute a adesão ao caminho do voluntariado.

7.2. Caminho 2 – Os múltiplos sentidos do trabalho voluntário

“Realmente, de tudo que a gente conversou até agora, o voluntariado é a nossa cara.”

O voluntariado foi, sem dúvida, o Caminho Participativo mais plenamente compreendido e projetado pelos(as) jovens como possibilidade real de participação no espaço público.

Só que na situação do momento, nós, no momento, a única coisa que a gente pode fazer é ser voluntário, não ser preconceituoso e ajudar os pobres. (pequeno Grupo, GD2)

Essa adesão não foi, no entanto, irrestrita, e seus significados ultrapassam, ao nosso ver, aqueles anunciados pelo Caderno de Trabalho. Vejamos porquê.

A maioria dos(as) jovens que participaram da pesquisa moravam nas periferias da Grande São Paulo. Em geral, se referiam ao trabalho voluntário para defender o que conhecemos comumente como trabalho comunitário, entendido como uma atuação no seu próprio bairro ou comunidade, visando melhorá-lo.

Mas eu acho assim, o dois é mais uma necessidade nossa, de todos, não só de nós que somos jovens, mas é uma necessidade nossa mesmo. Que nem, fala assim, das escolas, de hospitais, de estar ajudando os outros com campanhas de doação de alimentos. (pequeno Grupo, GD1)

Que nem, eu vou ver lá no meu bairro o que é que tem, se tem associação de bairro, ir na subprefeitura pra ver o que é que eu posso fazer pra poder estar melhorando. Que nem, lá tem um clube enorme que não é muito utilizado, eu vou ver se dá pra fazer shows, eventos, ver se dá pra fazer alguma coisa. (pequeno Grupo, GD4, a respeito do voluntariado)

Vemos que o sentido dado ao trabalho voluntário por esse jovem se afasta da acepção mais clássica, de cunho assistencial, em que o voluntariado parte de alguém com mais posses, e dirige-se às pessoas mais pobres. Além disso, muitos(as) jovens levantaram a necessidade de que o trabalho voluntário fosse remunerado com uma bolsa do governo, o que denota uma influência da lógica de muitos programas sociais conhecidos por esses(as) jovens, os quais oferecem bolsas para que os(as) beneficiários(as) desenvolvam projetos de ação comunitária. Isso, somado à dramática necessidade desses(as) jovens por trabalho e renda, parece gerar um discurso que rompe totalmente com o sentido clássico do trabalho voluntário, exigindo que ele seja remunerado. Ou seja, de um lado, muitos(as) jovens já foram remunerados(as) para desenvolverem ações sociais (através da bolsa governamental) e, de outro, defendem essa medida em função da sua própria necessidade de renda econômica.

Por isso, se o trabalho voluntário foi o Caminho mais escolhido pelos(as) jovens e aquele que parece estar mais próximo das suas disposições subjetivas e práticas, é preciso salientar que não se trata do voluntariado clássico, mas sim de um trabalho comunitário, que se realiza no próprio contexto vivido pelos(as) jovens.

Esses(as) jovens estão “correndo atrás” das condições mínimas que lhes permitam a inclusão social, a busca por trabalho e o investimento nos estudos. Tanto uma coisa quanto outra são desafios permanentes num contexto em que o desemprego é estrutural e a escola básica é precária. Quanto ao projeto de entrada na universidade, ele se constitui em outro desafio, bastante dramático, na medida em que o desemprego ou o emprego pouco qualificado dificulta o pagamento de uma instituição particular, e a baixa qualidade da escola básica impede o acesso às universidades públicas.

Embora esses dilemas sejam agudizados por problemas extremamente relevantes para eles(as), como a violência e o racismo, é da relação com a escola e com o trabalho que os(as) jovens extraem seus principais recursos, e fragilidades, para enfrentar seu momento de juventude, e o futuro que vem pela frente.

Um aspecto muito levantado como interdição para a participação em ações voluntárias foi o tempo. Se os(as) jovens estão buscando se formar, se inserir no mercado de trabalho, conquistar suas primeiras experiências profissionais, e para fazer isso precisam empregar todo seu tempo disponível, o que podem ter para oferecer aos outros?

Nesse sentido, os(as) jovens pobres apontam que o voluntariado ou trabalho comunitário, como uma modalidade de participação focada na ajuda ao outro, parece ser pouco adequada as suas condições de vida.

- É, porque ao mesmo tempo que a gente tá adiantando o lado dos outros a gente tá atrasando o nosso, porque a gente tem nossa vida. Eu acho que tem muito mais retorno fazer uma coisa que eu possa tocar a minha vida. Uma coisa é assim, de vez em quando, às vezes, fazer um trabalho voluntário, tudo bem. Agora, eu me dispor todo dia a sair da minha casa pra ensinar uma criança que não tá entendendo... Um que eu não tenho paciência, e dois, eu tenho o que fazer, o meu tempo é curto, eu tenho que ir atrás do meu, tenho que ganhar o meu dinheiro. Se eu não for atrás do meu, ninguém vai me dar. (pequeno Grupo, GD2)

Interpretar falas desse tipo como manifestações do egoísmo e do hedonismo juvenil é no mínimo sinal de um desconhecimento profundo da realidade vivida por esses(as) jovens. Aqui ficam evidentes as relações entre condição social e possibilidades de participação.

É preciso também reconhecer que essa falta de tempo está relacionada não só à condição econômica, mas também à própria condição juvenil. Entre os(as) jovens de classe média, entretanto, também há interdições. Na fala abaixo, uma jovem deixa clara sua dificuldade em renunciar ao tempo livre, tempo que é finito e disputado por diferentes atividades prazerosas:

Mas toda a pessoa que é solidária, quando começa a sair, não sei o quê, acaba abandonando aquilo que ela dá. Você não tá recebendo nada em troca. Tá, tudo bem, tá recebendo o amor de uma criança... Mas isso é do ser humano, não é por maldade. Pô, eu vou viver a minha vida, no domingo tô com uma preguiça... no sábado tem um churrasco. É do ser humano. (pequeno Grupo, GD3)

Há um sentido dado pelos(as) jovens em relação à adesão ao voluntariado/trabalho comunitário que nos parece muito importante e significativo: ser voluntário consiste na possibilidade de (re)fazer o vínculo entre “eu” e o “outro”, entre meus próprios problemas e os problemas alheios. É descobrir que, por menos que se tenha, sempre há algo a oferecer.

Vemos delineado na fala dos(as) jovens um sentido iminente cívico para o voluntariado. Há poucas indicações de que esse Caminho poderia trazer rupturas capazes, quem sabe, de transformar de fato a realidade social. Mas a possibilidade de refazer vínculos de pertencimento e de romper o isolamento não devem ser vista como aspecto menor, sobretudo considerando seu impacto positivo na construção da subjetividade jovem e adolescente.

Os(as) jovens mostram que existe uma equação objetiva entre o que devem, podem e querem fazer, e que, não sem algum grau de conflito, esta última dimensão é definitiva para construir escolhas de engajamento no mundo social. Fazer política não é uma obrigação tal como ir pra escola e, portanto, se define em margens mais amplas de escolha voluntária, e aspectos como estilo, desejo e preferência são definidores desta escolha.

Esse “querer” se constrói sobre a possibilidade dos microvínculos sociais, face a face, em que sujeitos de carne e osso confrontam a si e aos seus sonhos, em que ser feliz pode ser, por um momento, dar ou receber um brinquedo no Natal. Não é a toa que, mais do que trabalho voluntário, os(as) jovens se referiam ao trabalho solidário.

Assim, esse querer se insere numa busca pela construção da felicidade possível, para si e para os(as) outros(as), felicidade que está distante do mundo das instituições, sobretudo das engrenagens estatais e partidárias, que produzem pouco vínculo significativo.

Segundo Castells, num contexto global de crise das identidades de projeto/transformadoras geradas a partir da sociedade civil, com os partidos políticos e sindicatos, as novas potencialidades para as transformações sociais localizam-se nas identidades de projeto que podem emergir das várias formas de resistência comunal. Assim, a comunidade e o comunitário atualizam-se em nossa modernidade tardia como território altamente mobilizador (Castells, 2001).

O território da comunidade pode ser, portanto, palco de novos engajamentos e antagonismos sociais, capazes de fornecer a energia para a tão necessária reinvenção da política.

7.3. Caminho 3 – A importância de “fazer em grupo”

“Desabafo? Isso eu faço com meus amigos. Não preciso montar um grupo pra fazer isso. Isso não muda o mundo.”

O Caminho 3 foi o mais “solto” do ponto de vista da compreensão dos(as) jovens. Quando os(as) jovens discutiam os diferentes Caminhos tendo como pano de fundo a pergunta: “*Que Brasil queremos*” e toda a discussão da manhã, o Caminho 3 parecia particularmente vago.

Em geral, ele era associado às práticas culturais juvenis e identificado como algo positivo na medida em que era instrumento da expressão dos(as) jovens. Em vários momentos, a música foi lembrada como forte elemento aglutinador. Mas daí a ser um Caminho de transformação social, havia muita distância. Poucos(as) associaram esse Caminho a novas formas de organização dos(as) jovens ou aos novos movimentos juvenis. O sentido predominante desse tipo de participação era do uso do tempo livre com os(as) amigos(as).

O terceiro fala mais de formar grupos culturais, artísticos, e eu acho que isso partiria mais pro lado do lazer. E eu acho que primeiro vem a necessidade, depois o lazer, então a minha justificativa é isso, eu falo mais pelo Caminho segundo.
(pequeno Grupo, GD1)

Na medida em que esse Caminho era associado ao lazer, e esse tema aparecia como algo secundário para os(as) jovens, não gerava muita mobilização.

As relações entre esse Caminho e a política apareciam de forma muito tênue. Os impactos da associação em grupos jovens ficavam restritos a vida privada, e suas escolhas deveriam ser realizadas também nesse âmbito.

(após a leitura do Caminho 3)

- *Caminho descartado.*

- *Lembra que eu falei da coisa do desocupado. Então, a coisa do grupo rompe com a solidão. Você acaba até desabafando. Você não tem coragem de falar com a mãe, fala com os outros.*

- *Mas não tenho tempo pra essas coisas.*

- *Mas não tem adulto pra mandar...*

- *Acho que o problema é o preconceito*

- *Vocês conhecem os evangélicos?*

- *Eu não me encaixo nesse caminho.*

- *Desabafo? Isso eu faço com meus amigos. Não preciso montar um grupo pra fazer isso. Isso não muda o mundo.* (pequeno Grupo, GD5)

O aspecto que mais ressoou positivamente nos(as) jovens foi o caráter coletivo do Caminho 3, ou seja, a idéia de “fazer em grupo”. O Caminho 3 tinha uma conexão recorrente com o 2, que era a idéia de que as coisas melhoram na medida em que “um ajuda o outro”.

Assim, o Caminho 3 era indicado como forma de driblar os limites individuais do Caminho 2, pois abria a possibilidade de que se trabalhasse em grupo. Por isso os dois Caminhos, aos olhos dos(as) jovens, são muito próximos e possuem muitas interconexões.

- Aqui no Caderno tá falando: ‘Eu sou voluntário e faço a diferença’, e aqui no três: ‘Eu e meu grupo, nós damos o recado’.

- Praticamente as mesmas coisas ditas em outras palavras! É porque o objetivo é o mesmo: ajudar.”(pequeno Grupo, GD3)

Não é só o voluntariado, é o Caminho 2 e o 3, de formar grupos, e o voluntariado de levar aulas. Seria uma junção dos dois Caminhos.” (pequeno Grupo, GD3)

O três junto com o dois, que é mais ou menos o que a gente faz na igreja que eu participo. A gente é um grupo de jovens, eu já fiz outros grupos, a gente fez o jornal da igreja, faz o sopão pra dar pros outros. (pequeno Grupo, GD5)

Outro aspecto do Caminho 3 muito sintonizado com a sensibilidade dos(as) jovens foi a idéia da multiplicação, mesmo que isso não pareça com esse termo. A idéia de passar informações para o outro, partilhar suas habilidades e “passar tudo isso pra frente” foi extremamente valorizada.

Alguns “contras” desse Caminho foram muitos destacados: o isolamento e a intolerância. Esses aspectos se sobressaiam em relação aos “prós”.

O contra desses grupos realmente acontece. Tem muito jovem que passa o dia inteiro tocando com a banda e esquece de estudar, assim como acontece de pregar uma idéia só e não aceitar a idéia dos outros. E aí não tem como você se integrar numa sociedade se você só defende as suas idéias. Se a gente quer mudar alguma coisa, a gente tem que cortar os contras de todos os caminhos. (pequeno Grupo, GD3)

As pessoas distorcem a missão desses grupos. muita gente não sabe, mas o rastafári é uma religião, não é só fumar maconha. Mas, para mim, esse Caminho não é bom. Não sei em que grupo estaria. Eu sou batizada na igreja católica, mas não sigo. (pequeno Grupo, GD4)

Nos relatos dos(as) jovens sobre sua participação em grupos religiosos, ficava evidente que o sentido desse espaço não era só espiritual, mas também estava muito ligado a algumas práticas culturais, como aprender a tocar instrumentos musicais, fazer apresentações, elaborar jornais, curtir música junto com outros(as) jovens etc. A importância da igreja como espaço de

encontro e sociabilidade aponta que nem sempre a crença religiosa é o fator crucial ou mais importante para a adesão.

Alguns(mas) jovens também lembraram o forte trabalho voluntário desempenhado pelas igrejas:

Uma grande parte do voluntariado no Brasil são as igrejas e quase ninguém fala nisso, tanto as católicas, quanto as evangélicas. (pequeno Grupo, GD4)

Os dados coletados em relação ao Caminho de participação em grupos jovens mostram a baixa visibilidade desse tipo de associação, e muitas dúvidas em relação aos seus possíveis vínculos com as transformações sociais. Apenas uma investigação mais profunda dos vários tipos de grupos, suas formas de funcionamento e ação, poderiam elucidar esta última questão. A dimensão expressiva destes grupos foi reconhecida, mas parecia estar limitada à vida privada.

Em contrapartida, o potencial coletivo e grupal desse tipo de arranjo apareceu como sua grande fortaleza, o que é muito significativo pois mostra a aposta dos(as) jovens na ação conjunta, e sua visão crítica em relação à ação puramente individual. O “fazer em grupo” emerge como referência importante na projeção que os(as) jovens fazem de sua possibilidade de inclusão na vida pública.

8. Observações finais

O contato com os(as) 105 jovens da RMSP foi extremamente rico e elucidativo. Através da metodologia utilizada foi possível confirmar algumas hipóteses e refutar outras. Mas foi possível, sobretudo, elaborar novas perguntas.

Um primeiro dado que nos chamou a atenção foi a pouca referência dos(as) jovens à sua condição juvenil. Os laços de solidariedade geracionais são muito tênues. Há um baixo sentimento de pertença ao conjunto da juventude e identidade com seus traços próprios. A referência é mais forte entre o “*nós pobres*”, “*nós negros*” e “*nós da periferia/comunidade*”.

Ao discutirem os problemas da educação, trabalho e cultura, os(as) jovens pensavam na sociedade como um todo e, particularmente, nas crianças. Não houve também referência a nenhum ator coletivo, grupo ou movimento propriamente juvenil pelo qual se sentissem mais ou menos representados(as) ou contemplados(as).

Os projetos de mudança apresentados pelos(as) jovens encontram-se, muitas vezes, na esfera privada, seja através da conquista do emprego e, com ele, da possibilidade da inclusão social tão sonhada, seja através dos(as) filhos(as) que esses jovens(as) já têm, para os(as) quais é preciso criar condições de desenvolvimento, inclusão e felicidade. Essas tarefas são altamente árduas e trabalhosas. Nada disso exclui a participação, mas consiste num entrave evidente.

A possibilidade de transformar esses problemas pessoais [não só dos(as) jovens, mas da sociedade como um todo] em questões públicas parece ser a chave para o adensamento da política. Vários(as) pensadores(as), entre eles(as) Bauman, alertam para a dissolução dos nexos que entrelaçam as escolhas individuais aos projetos e ações coletivas, na modernidade atual. A questão do “sistema” já não está na agenda pública e há forte retração nas forças que poderiam reintroduzi-la.

A liberdade formal, que permite aos(às) cidadãos(ãs) se reunirem para dizer o que *querem* obter, é muito menos do que o necessário para uma democracia genuína. Essa liberdade, efetivamente imposta e não-disponível, impele as pessoas a fazerem escolhas e a tomarem decisões que elas não podem, ou não querem tomar. Mover-se a partir dos seus próprios recursos individuais não é uma escolha, e sim uma imposição. Essa falsa liberdade repõe na agenda pública a questão da emancipação e da conquista de uma liberdade positiva.

O lapso entre as mudanças sociais reconhecidas como necessárias pelos(as) jovens e a (ausência de) disponibilidade para engajar-se em ações políticas compatíveis é um ponto central.

Como diz Renato Janine Ribeiro, referindo-se à política brasileira atual:

Fica um enorme descompasso entre os meios com que conta e os fins que deve promover. Seus meios: uma liberdade de expressão e de organização inéditas na história. Seus fins: melhorar a vida das pessoas, e não só do ponto de vista

material. Se os fins não estão decorrendo dos meios, a falta de conexão entre uns e outros tem de ser resolvida. Fazê-lo é a grande tarefa política de hoje. (RIBEIRO, 2004, p. 31)

Esta pesquisa dá algumas pistas no sentido da conciliação do domínio da vida cotidiana com a política, o que parece ocorrer em alguma medida em certas modalidades de participação. Mas há indícios de que isso não é projetado pelos(as) jovens em termos de uma participação estritamente juvenil.

A modalidade de participação mais acessível aos(às) jovens, e mais sintonizada com suas buscas subjetivas, é a da ação grupal comunitária/voluntária. Essa ação pode ser espontânea, mas também apoiada por instituições religiosas, associações de bairro, ONGs. Sua organização supõe, geralmente, relações de apoio e colaboração entre jovens e adultos(as). A associação religiosa, que segundo os dados quantitativos vêm crescendo entre os(as) jovens, é um exemplo de organização em que o trabalho em grupo, as relações intergeracionais e o trabalho cívico/comunitário/voluntário estão reunidos. Do ponto de vista das experiências participativas dos(as) jovens, a religiosa ganha destaque, e é seguida por vivências de organização na escola, através dos grêmios estudantis. No entanto, a seu respeito, é preciso fazer as seguintes perguntas:

Qual a relação, se é que existe, entre as práticas que partem de uma busca muito subjetiva e pessoal, como as religiosas, com o espaço político e público? Quais são os sentidos do chamado trabalho voluntário nas regiões mais empobrecidas das cidades, já que nesse contexto as pessoas estão mergulhadas na luta pela sua própria sobrevivência? O estímulo ao trabalho voluntário entre os(as) jovens pobres beneficia a quem, aos(às) jovens, às instituições sociais, às suas comunidades? Quais são as novas institucionalidades emergentes? Quais são os programas políticos desses grupos, se é que eles têm um?

Aguçar a sensibilidade para captar novas tendências de alargamento do espaço público não deve impedir, no entanto, o reconhecimento dos limites que, desde já, podemos vislumbrar, entre o tipo de abertura dos(as) jovens à participação e o funcionamento efetivo da Política, com P maiúsculo, onde as decisões são tomadas. Miguel Abad mostra claramente estes desencontros, ao analisar os limites da participação juvenil no Conselho Municipal de Juventude, em Medellín.

Os jovens e suas organizações são fortes nos cenários de microparticipação, muito próximos dos assuntos que afetam seu entorno imediato, mas situados na periferia do sistema de decisões políticas e econômicas. Esta situação, bastante avaliada por muitos especialistas de renome, idealiza a interação solidária do pequeno grupo e certa virtude comunitarista e juventocêntrica que, simplesmente, os desarticula do mundo adulto em que se definem, finalmente, suas reais possibilidades de cidadania. (ABAD, 2004)

Todas essas questões estão ainda em aberto e, enquanto organizações preocupadas com o alargamento do espaço público, precisamos enfrentá-las conjuntamente.

O desafio de lidar com a temática da participação é grande, sobretudo num contexto de retraimento do Estado, e de agudização dos problemas sociais, que atingem mais especialmente as populações jovens.

A violência, o desemprego e a escolarização precária associados têm produzido um mundo no qual é difícil viver, e no qual é muito difícil produzir uma trajetória biográfica.

Mas será que o sofrimento e a insegurança desses(as) jovens podem fazer brotar novas pautas públicas e ações coletivas? Isso ainda não sabemos responder. Ouvimos muitas vezes esse sofrimento ser enunciado como uma questão pessoal, mas esta superposição de "sofrimentos" ainda não parece ser capaz de gerar, como diz Bauman, *"uma totalidade que seja maior que a simples soma de suas partes"*.

A situação é bastante desafiadora pois, como sabemos, o Estado nacional e os direitos de cidadania no mundo ocidental foram construídos sobre uma base de acordo mínimo entre o Estado e cada membro da comunidade, em que o controle estatal era aceito em nome dos benefícios sociais proporcionados aos indivíduos. Como diz Bendix:

Uma certa subordinação do interesse privado ao público e da decisão privada à pública é, portanto, a condição sine qua non de uma comunidade política. De um modo implícito mais do que explícito, os membros de uma comunidade política consentem com essa subordinação numa permuta por certos direitos públicos.
(BENDIX, 1996, p. 53)

A reinvenção das bases que sustentam os acordos societários entre as pessoas comuns e o Estado, no contexto da modernidade tardia, parece tarefa urgente. As respostas não são mais encontradas unicamente nas promessas da modernidade clássica, por isso não basta defender o retorno da autoridade e da centralidade das instituições, nos termos em que elas apareciam no início do século XX. Ao invés de buscar o fermento para o fortalecimento das instituições públicas nessas velhas promessas, talvez seja preciso buscar os engajamentos micropolíticos, grupais, comunitários, não como a solução de todos os problemas, mas como as novas energias capazes, quem sabe, de revitalizar as bandeiras e práticas partidárias e institucionais.

9. Bibliografia

- ABAD, Miguel. *Possibilidades e Limites da Participação Juvenil para o Impacto na Agenda Pública*. O caso do conselho municipal de juventude em Medellín. Redes e Juventudes. Recife, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BECK, Ulrich. "A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização". In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.
- BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- BENDIX, Reinhard. *Construção Nacional e Cidadania*. São Paulo: Edusp, 1996.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, v. 2, 2001.
- RIBEIRO, Renato Janine. "Política e juventude: o que fica da energia?". In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

Rede parceira: Ação Educativa, Centro de Referência Integral de Adolescentes, Escola de Formação Quilombo dos Palmares, Instituto de Estudos Socioeconômicos, Instituto Universidade Popular, Iser Assessoria, Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais, Observatório Jovem do Rio de Janeiro da Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Coordenação

iBetinho
Base



PÓLIS
INSTITUTO DE ESTUDOS,
FORMAÇÃO E ACESSORIA
EM POLÍTICAS SOCIAIS

Apoio

10th Anniversary **CPRN** 2005 **RCRPP**
Fresh Ideas for Canada's Future

IDRC  **CRDI**